

TEORIA SOCIAL E MÉTODO NA ESCOLA DA USP
(1954-1962)

ENNO DAGOBERTO LIEDKE FILHO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA
AO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.

— SETEMBRO DE 1977 —

A Maurício,
pela sua compreensão
para com um caminho
extremamente pessoal,
meus agradecimentos

A João Guilherme,
Elbio e
Fernando

À Suely e Zé Brito,
Vera e Zé Luiz,
Salette e Lincoln,
Cris, Dani e Leticia,
Elida e Pedro Emanuel,
pela companhia.

Í N D I C E

	<u>Página</u>
INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I - DEMORA CULTURAL E A CONSTRUÇÃO DA ORDEM SOCIAL INDUSTRIAL DE- MOCRÁTICA NO BRASIL (1954-1959): ATITUDES E MOTIVAÇÕES DESFAVO- RÁVEIS AO DESENVOLVIMENTO.....	38
CAPÍTULO II - CAPITALISMO E ALIENAÇÃO: A CON- TROVÉRSIA ACERCA DA QUESTÃO DO MÉTODO DIALÉTICO	72
PRAXIS E ALIENAÇÃO	79
A DIALÉTICA DO TRABALHO E A REI- FICAÇÃO	97
REFLEXÕES FINAIS	111
BIBLIOGRAFIA	127

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O presente estudo visa estabelecer algumas reflexões acerca da controvérsia metodológica que envolveu Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e José Arthur Giannotti, por volta de 1960, as quais tem por objetivo deixar demarcados alguns pontos para um estudo mais amplo acerca da evolução teórica do grupo de cientistas sociais que veio a ser conhecido como a Escola de Sociologia de Florestan Fernandes, e do significado desta, no processo de desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil.

Por Escola Sociologia do Florestan Fernandes entende-se o grupo de cientistas sociais que trabalharam ligados aquele cientista no período entre 1954 e 1969, na antiga Faculdade de Filosofia da USP, desenvolvendo uma série de projetos de pesquisa comuns abrangendo temas referentes às relações raciais no Brasil, à empresa industrial em São Paulo e à análise sociológica do desenvolvimento brasileiro⁽¹⁾.

A reconstrução analítica da controvérsia entre estes autores tem por base um conjunto de textos significativos, sendo os principais: "Existe uma Crise da Democracia no Brasil?" (1954)⁽²⁾, "A Sociologia Aplicada: Seu Campo, Objeto e Principais Problemas" (1958/59)⁽³⁾, "A Concepção de Ciência Política de Karl Mannheim" (1946)⁽⁴⁾, "Reflexões sobre as Mudanças Sociais no Brasil" (1962)⁽⁵⁾, de Florestan Fernandes; "Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional" (1961)⁽⁶⁾, de Fernando Henrique Cardoso e "Origens da Dialética do Trabalho" (1965)⁽⁷⁾, de Giannotti.

Ao propor a reflexão tão somente acerca de um conjunto de textos dos referidos autores elaborados em torno de 1960, evidentemente que o presente trabalho se caracteriza como provisório, sendo possível de retificações uma vez ampliada a análise de modo a abarcar outras obras, seja dos referidos autores em outros momentos, seja de outros autores da Escola.

A importância do tema escolhido a partir de estudo exploratório está no fato de abranger tanto a formulação teórica originária da Escola, a qual tem nas obras de Florestan Fernandes, a sua mais alta expressão, como uma ruptura primeira com esta, realizada por Cardoso no decorrer da elaboração do seu estudo sobre sociedade escravocrata no Rio Grande do Sul (1961)⁽⁸⁾, finalmente, tem-se nos textos de Giannotti (1960 e 1961) um questionamento ainda dos pressupostos desta ruptura⁽⁹⁾.

Cabe apontar que Giannotti estava indiretamente ligado à Escola através de sua participação no Seminário acerca de O Capital de Marx, do qual somente alguns membros da Escola tomaram parte⁽¹⁰⁾, tendo sua inclusão no presente estudo se imposto por ser o autor que efetivou um máximo de radicalização teórica na controvérsia em questão.

A formulação inicial da Escola se constitui como síntese original entre a problemática básica da concepção de ciência política de Karl Mannheim — as possibilidades com construção plena da ordem social industrial, democrática enquanto processo de racionalização — e o método funcionalista como quadro de referência para a análise desta constituição e intervenção racional na mesma. Esta formulação originária significa uma tomada de posição em face do funcionalismo dominante na Escola de Sociologia

e Política de São Paulo e na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP⁽¹¹⁾.

Já a ruptura, realizada por Cardoso, em relação com esta formulação inicial, se dá em termos da formulação de uma síntese original entre a problemática sartreana jovem marxista — a luta do Homem contra a sua alienação na História — e os princípios teórico-metodológicos da Economia Política formulados por Marx em O Capital, tendo o conceito de mais valia como conceito básico. Esta síntese se determina duplamente como ruptura: o conceito de alienação como conceito básico da nova problemática significa a ruptura com o conceito de ação racional, básico da problemática originária e o método dialético, com os princípios do funcionalismo.

Finalmente, a crítica realizada por Giannotti tem por objetivo destruir a legitimidade da referida problemática sartreana-jovem marxista enquanto fundamento da dialética materialista. Esta crítica se revela também como original ao se constituir como síntese entre a problemática lukacsiana da reificação e a metodologia fenomenológica husserliana da redução, síntese que tem a Economia Política de O Capital como referência⁽¹²⁾.

O pressuposto teórico metodológico central do presente trabalho é que a identificação da problemática básica, fundamento de todo um conjunto de obras de um ou mais autores, é passo estratégico para a explicação das relações entre este conjunto de obras e seu momento histórico⁽¹³⁾.

Por problemática básica entende-se a questão constitutiva de dado discurso, implicando ao mesmo tempo a concepção do objeto e a concepção de relação discurso-objeto, sendo que esta problemática pode ser apreendida seja a um nível teórico geral, seja a um nível histórico.

Se a vigência de uma problemática demarca um período intelectual, a vigência de respostas diversas à mesma, compreendidas como hipóteses principais diversas, demarca subperíodos intelectuais seja de um autor, seja de um grupo de autores.

Já a coexistência de uma pluralidade de subperíodos intelectuais diversos em confronto potencial demarcam uma conjuntura teórica, sendo que é a análise e explicação das relações destas conjunturas teóricas com a conjuntura histórica que se impõe como tarefa de Sociologia da Sociologia se esta tiver como escopo a "análise dialética de situação concreta"⁽¹⁴⁾.

O conceito de conjuntura teórica explicita-se deste modo como correlação de forças ideológico-teóricas (de correntes intelectuais) e não meramente como períodos definidos por uma ou mais características da produção intelectual, tais como situação de formação e produção (autodidatismo e institucionalização da sociologia)⁽¹⁵⁾, condições de trabalho favoráveis ou desfavoráveis devido a pressões sociais⁽¹⁶⁾ e padrão de trabalho pré-científico e científico⁽¹⁷⁾.

Se essas características merecem atenção em uma análise da evolução da Sociologia e das ciências sociais em geral, pode-se dizer que são como que iluminadas se referidas a periodização nos termos propostos, ou seja, retidas as conjunturas teóricas, pode-se retomar aquelas de modo concreto.

A partir das proposições teóricas e metodológicas estabelecidas pode-se, ainda que de modo tentativo, apresentar uma proposta de periodização conjuntural da evolução do grupo original da Escola⁽¹⁸⁾, permitindo situar nesta a controvérsia metodológica, objeto do presente estudo.

I - DEMORA CULTURAL E A CONSTRUÇÃO DE ORDEM SOCIAL INDUSTRIAL DEMOCRÁTICA NO BRASIL (1954-1959): A TITUDES E MOTIVAÇÕES DESFAVORÁVEIS AO DESENVOLVIMENTO.

Uma primeira conjuntura se estabelece pela vigência de uma resposta em termos da Hipótese de Demora Cultural à problemática das possibilidades e entraves à realização plena da construção da ordem social industrial e democrática no Brasil.

A Demora Cultural "consiste na presunção de que, quando não é homogêneo o ritmo da mudança das diversas esferas culturais e institucionais de uma sociedade, umas esferas podem se transformar com mais rapidez do que outras, introduzindo-se um desequilíbrio variável na integração delas entre si"⁽¹⁹⁾.

Esta hipótese veio a se constituir princípio de crítica teórica e de crítica prática (Campanha de Defesa da Escola Pública) daquele presente⁽²⁰⁾.

A teorização de Florestan Fernandes acerca da Sociologia Aplicada, síntese original que tem por referência a "Concepção de Ciência Política de Karl Mannheim" e a análise funcionalista, tendo o conceito de ação racional como base, se revela como tema estratégico, e iluminador do significado de toda a conjuntura, por demarcar os pressupostos da análise em questão, a qual retém a persistência de ações do tipo tradicional como entrave à realização do referido tipo societário caracterizado por ações de tipo racional⁽²¹⁾.

É nesta conjuntura que se dá a formação do núcleo original de pesquisadores da Escola tendo por projeto coletivo de investigação a análise das relações raciais no processo de desagregação da ordem social escravocrata e de constituição da ordem social competitiva no Brasil⁽²²⁾.

Pode-se sem risco de exagero, apontar a produção individual de Florestan Fernandes como a dominante nesta conjuntura, estando as mesmas tendências teóricas também presentes em textos de Cardoso e de Ianni elaborados na conjuntura em questão⁽²³⁾.

II - CAPITALISMO E ALIENAÇÃO: A CONTROVÉRSIA ACERCA DA QUESTÃO DO MÉTODO DIALÉTICO (1959-1962)

A constituição informal do seminário interdisciplinar acerca do O Capital de Marx em 1959 demarca a ruptura

da unidade teórica prevalecente no grupo original de pesquisadores, dentro de cujos marcos Florestan Fernandes continua produzindo ⁽²⁴⁾.

Se de um lado, Cardoso e Ianni buscam em textos metodológicos realizar a demarcação desta ruptura ⁽²⁵⁾, de outro lado, a nível da própria atividade do seminário, uma controvérsia se estabelece tendo na produção de Giannotti o outro pólo.

A problemática da alienação ocupa a posição principal na preocupação das duas posições, estabelecendo-se a controvérsia exatamente em torno do seu significado.

De um lado, tem-se um posicionamento sartreano - jovem marxista (Cardoso especialmente) ⁽²⁶⁾, de outro, tem-se um posicionamento fenomenológico-lukacsiano (Giannotti), ambos em síntese original com os princípios teóricos da Economia Política de O Capital de Marx ⁽²⁷⁾.

Para o primeiro, a problemática consiste na luta, concebida como praxis-projeto, contra a alienação da universalidade primitiva do Homem na História, enquanto que para o segundo posicionamento a problemática da alienação identifica-se com a problemática da reificação das diferentes estruturas intencionais de dado sistema social, a partir de reificação básica que se constitui a nível da produção econômica. Ou seja este posicionamento busca questionar a legitimidade da noção de Homem-ente-espécie, básica do posicionamento sartreano-jovem marxista.

III - ECONOMIA E SOCIEDADE: AS ANÁLISES SOCIOLÓGICAS DO SUBDESENVOLVIMENTO (1962-1964).

A elaboração dos projetos coletivos de investigação acerca da Empresa Industrial em São Paulo e acerca da análise sociológica do subdesenvolvimento⁽²⁹⁾, marca o início de uma nova conjuntura, a qual se configura pela coexistência de duas interpretações deste último tema, ambos significando a redefinição de posições teóricas anteriores.

De um lado, tem-se Florestan Fernandes, em cuja produção a problemática de possibilidade de realização de ordem social industrial e democrática no Brasil, explicitando-se claramente como análise sociológica do subdesenvolvimento, sofre uma modificação de hipótese explicativa, o conceito de dilema social vem a substituir o de Demora Cultural anteriormente vigente. Se este conceito buscava apontar a existência de tipos de ação que não correspondiam às exigências de racionalidade do tipo societário em constituição, já o conceito de Dilema busca apontar que os interesses particularistas de camadas sociais privilegiadas vem a se revelar irracionais, enquanto resistência sociopática àquela realização.

É extremamente significativo o fato de que esta mudança se dá tendo por base a própria participação de Florestan Fernandes na Campanha de Defesa da Escola Pública, pois, esta participação tem por princípio teórico prático a hipótese de Demora Cultural, a qual viria se evidenciar insuficiente, donde sua substituição⁽³⁰⁾.

De outro lado, em Cardoso o conceito de subdesenvolvimento formulado nesta conjuntura busca reter as relações

básicas entre as sociedades subdesenvolvidas e as sociedades desenvolvidas, "duas formas de sociedade que, em conjunto, exprimem um modo capitalista de produção"⁽³¹⁾, Este conceito supõe a existência de "tipos determinados de dominação e processos sociais que não são puramente econômicos, no sentido tradicional em que o "mercado" é o princípio regulador fundamental da vida econômica"⁽³²⁾.

Estes tipos de dominação e processos sociais dizem respeito basicamente à "economia capitalista, com a apropriação privada dos meios de produção e o modo particular de produção que a caracteriza, e a sociedade burguesa que lhe corresponde, com a formação e superposição das classes sociais"⁽³³⁾.

A análise científica do processo subdesenvolvimento - desenvolvimento, enquanto "movimento social"⁽³⁴⁾, implica em que se retenha que:

"Entre um momento e outro da história de uma sociedade, há a mediação de uma luta que reflete a tensão entre interesses e objetivos sociais diversos num duplo sentido: altera-se a posição da sociedade particular no conjunto das sociedades e modifica-se internamente a posição das camadas da sociedade que se está desenvolvendo"⁽³⁵⁾.

Analisando o momento brasileiro quando da redação do estudo aqui enfocado (1963) Cardoso aponta que no limite a pergunta será "subcapitalismo ou socialismo"⁽³⁶⁾, como as duas opções possíveis que se colocam enquanto movimento social. Distancia-se, desse modo, das análises que privilegiavam então a perspectiva desenvolvimentista⁽³⁷⁾.

Ressalve-se que a noção de movimento social formulada nesta conjuntura corresponde à de praxis-projeto vigente na produção de Cardoso na conjuntura anterior, e que a noção de luta adquire aqui tão somente o caráter de luta entre interesses e objetivos sociais, não se referindo mais à questão da luta do Homem contra a alienação.

IV - DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO: AS CLASSES SOCIAIS E A QUESTÃO DO ESTADO (1965-1969)

Nesta conjuntura já não se pode falar a rigor na existência do grupo de pesquisadores, pois estes já se encontravam dispersos em várias instituições. Todavia cabe reter este momento pois nele tendências teóricas pré-existentes vieram a ser enriquecidas (Cardoso) ou abandonadas (Fernandes).

Em Cardoso, verifica-se a substituição do conceito de subdesenvolvimento pelo conceito de dependência enquanto conceito totalizando que alude diretamente às condições de existência e funcionamento do sistema econômico e do sistema político, mostrando a vinculação entre ambos, tanto no que se refere ao plano interno dos países como ao externo⁽³⁸⁾.

A comparação desta definição com a definição de subdesenvolvimento vigente na conjuntura anterior permite reter esta substituição, assim como a explicitação plena da questão da articulação entre sistema econômico e o sistema político como questão básica. Ressalte-se que esta questão ocupa uma posição central na produção posterior de Cardoso⁽³⁹⁾.

Cabe indicar a formulação, nesta conjuntura, dos conceitos relativos as situações fundamentais de dependência: controle nacional do sistema produtivo, economia de enclave e internacionalização do mercado. Destaque especial cabe a este último conceito por ser relativo à situação atual de sociedades latino-americanas, especialmente a brasileira⁽⁴⁰⁾. Este conceito veio subs

tituir o conceito de subcapitalismo utilizado na conjuntura anterior, no referido estudo acerca do empresariado brasileiro.

Já em momentos posteriores de sua evolução teórica, Cardoso realiza reformulações a nível do conceito em questão, substituindo-o pelo de capitalismo associado e finalmente pelo de capitalismo associado com base em empresa internacional estatal.⁽⁴¹⁾

Já Fernandes realiza, nesta conjuntura uma ruptura radical com a problemática até então vigente em sua produção. "Sociedade de Classe e Subdesenvolvimento" (1967) é o texto básico desta ruptura enquanto instauração da problemática do subdesenvolvimento como uma forma específica de realização do capitalismo mundial, a qual se significa como uma forma particular de revolução burguesa⁽⁴²⁾. Esta concepção aproxima-se, pois, das de Cardoso e Ianni.

O texto referido (1967), que dá nome à coletânea em que foi publicado, distancia-se profundamente dos demais textos desta os quais redigidos entre 1965 e 1967, ainda se encontram dentro dos marcos teóricos da problemática anterior da produção de Florestan Fernandes, tendo o conceito de Dilema Social como conceito explicativo principal⁽⁴³⁾. Ressalte-se todavia que, o caráter particular de revolução burguesa no Brasil, a partir da formação histórica da sociedade brasileira adquire importância crescente aos longo deste textos⁽⁴⁴⁾, o que vem a culminar na referida ruptura.

Um dos pontos que merece destaque especial no texto em questão, além da original síntese entre conceitos de Marx,

Weber e Durkheim para explicação macrosociológica do subdesenvolvimento econômico, da análise do significado da articulação de estruturas econômicas heterogêneas no sistema econômico nacional brasileiro é da análise da constituição, funcionamento e evolução do regime de classe no Brasil, é a formulação do conceito de "racionalidade econômica possível em circuito de indeterminação" (45), dada a partir das tendências da referida heterogeneidade estrutural. Este conceito reflete a ruptura, com as posições teóricas anteriores as quais a partir de modelos ideais típicos de ação racional tendiam a classificar os comportamentos econômicos efetivos como tradicionais, e no limite como irracionais, isto é como um caso de Demora Cultural (46).

A este ponto acrescentam-se mais dois: a análise do "modo pelo qual os interesses econômicos, definidos em termos capitalistas da maneira indicada dinamiza comportamentos de classe típicos" e a análise da questão sobre a possibilidade das classes dirigentes, dominantes das sociedades capitalistas subdesenvolvidas (ou seja, de sua burguesia) realizarem a revolução burguesa.

Esta análise culminan nas conclusões de que o capitalismo em condições de dependência, privado de suas formas sociais e jurídico-políticas, foi despojado de qualquer impulso construtivo e revolucionário sendo que as burguesias do mundo capitalista subdesenvolvido são vítimas da estrutura e organização de sociedade de classe em que vivem (47).

"Elas vêem o capitalismo e suas exigências sociais, culturais e políticas do ângulo do capitalismo dependente. Ao fazer sua revolução fazem-na na escala das realizações e das ambições fomentadas pelo capitalismo dependente. Nenhuma outra classe social

as contesta com probabilidades de êxito. De qualquer modo, condenam-se a protagonizarem a história como uma eterna façanha de dependência. Para que eles se ergam acima dessa medida, elas precisam ser negadas e arrastadas por outras classes. Enfim, precisam ser compelidas a pensar e a transformar o mundo de uma perspectiva universal" (48).

A produção posterior de Florestan Fernandes busca aprofundar a análise dos pontos aqui ressaltados, especialmente do significado do caráter autocrático da Revolução Burguesa em situações de capitalismo dependente no contexto do sistema capitalista monopolista mundial (49).

A demarcação efetivada, ainda que em termos extremamente abstratos, das conjunturas da evolução teórica do grupo original de pesquisadores da Escola de Sociologia da USP, permite reter as transformações que se verificaram, seja a nível da problemática básica, seja da hipótese principal da produção dos autores considerados. Neste processo, a problemática básica se modificou sucessivamente até atingir sua forma atual, qual seja a questão das relações classes-Estado em condições de dependência estrutural, o que vem a significar um profundo distanciamento da problemática inicial da produção dos autores em questão.

Evidentemente que não se trata da total ausência acerca da questão do político quando da vigência desta problemática inicial, bastando recordar que a construção da ordem social democrática era uma das suas dimensões constitutivas, senão de sua subsunção no conceito básico de ação racional.

Ora, a periodização conjuntural proposta, deixou indicada a existência de duas evoluções básicas desde esta formulação primeira até a presente.

De um lado, Cardoso (assim como Ianni) realizou uma primeira ruptura tendo por base os conceitos de praxis-proje-to e de alienação, os quais foram abandonados posteriormente, sendo substituídos pelos conceitos de movimento social e de formas de dominação, já no contexto da formulação do conceito de subde-senvolvimento, (anteriormente sinônimo da problemática inicial), como uma forma de sociedade do modo de produção capitalista. Finalmente, a questão da articulação entre o sistema econômico e o sistema político na dupla dimensão interna e externa, enquanto a questão das relações classe-estado-nação, veio a se constituir como problemática básica da produção deste(s) autor(es).

Já de outro lado, Florestan Fernandes inicialmente realiza a reformulação da hipótese principal de sua produção, somente rompendo com a problemática básica da mesma quando da redação do texto "Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento (1967), no qual a especificidade da revolução burguesa dependente se explicita plenamente, seja a nível econômico seja a nível políti-co.

A indicação destas duas evoluções básicas permite reter o significado e os limites da controvérsia metodológica, objeto do presente estudo.

Esta controvérsia se significa como a procura de novos pressupostos teórico metodológicos que possam dar conta da tarefa comum de "vincular a investigação sociológica com a transformação da sociedade brasileira" (50), na medida em que os quadros de referência vigentes se revelam insuficientes para tanto, insuficiência esta que se estabelece fundamentalmente a nível teórico enquanto confronto de concepções.

As posições assumidas nesta controvérsia são síntese originais que buscam analisar o tipo de ação (Fernandes, especialmente) o tipo de praxis-projeto (Cardoso, especialmente) ou o tipo de intenção (Giannotti) predominante constituindo-se, pois, no limite em formas de crítica teórica do estado de consciência social, as quais buscam fundamentar propostas de crítica prática.

Estas sínteses originais recorrem invariavelmente a quadros de referência teóricos externos para a formulação da problemática básica em sua dupla dimensão-estado de consciência e estrutura - situação de emergência deste.

Os recursos a Mannheim, Sartre Jovem Marx, e Lukacs Husserl se efetivam a nível da primeira dimensão, e à metodologia funcionalista, a economia política de O Capital de Marx (Cardoso e Giannotti), a nível da segunda.

Posteriormente, como a própria evolução teórica dos autores enfocados delineada em rápidos traços acima já o indicou, os autores enfocados vieram a romper com as posições assumidas neste momento, e mesmo com a tendência de assimilação imediata, sob a forma de sínteses originais, de formulações teóricas externas.

Esta tendência seria uma mera questão de moda intelectual⁽⁵¹⁾. Consistiria em um caso de Efeito-demonstração?⁽⁵²⁾ Ou, em um caso de Dependência Científica?⁽⁵³⁾.

Se estas perguntas não podem ser respondidas de modo categórico no estado atual do estudo proposto, cabe deixar

indicado que a hipótese de trabalho que o orienta indica que se trata de um processo teórico orgânico do grupo de pesquisadores enfocado ou seja, de um processo que se determina na história própria deste e que tem por escopo o objetivo referido de vincular a investigação sociológica com a transformação do Brasil.

É visando estabelecer algumas reflexões acerca deste objetivo e de sua consecução, que o presente estudo busca apreender as implicações a nível da crítica teórica e a nível da crítica prático-política, das referidas sínteses originais enquanto tomadas de posição acerca deste.

NOTAS

01. Acerca da história do grupo de cientistas sociais em questão tem-se recente depoimento de Florestan Fernandes, Ver FERNANDES, Florestan, A Sociologia no Brasil, Petrópolis, Editora Vozes, 1977, Capítulos 7 e 8 especialmente. Em a A Sociologia numa Era de Revolução Social, de Florestan Fernandes, têm-se os projetos "Economia e Sociedade no Brasil - Análise sociológica do subdesenvolvimento" e "A empresa industrial em São Paulo". Op. Cit., Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.

Destaque-se, com referência à história da Escola e de sua importância para a sociologia brasileira, também os textos de Brandão Lopes, Juarez Rubens "Reflexões sobre as Ciências Sociais em São Paulo" in Revista Mexicana de Sociologia Ano n^o , Motta, Carlos Guilherme, "A Historiografia Brasileira nos últimos quarenta anos, tentativa de uma avaliação crítica" in Debate e Crítica n^o 5, São Paulo, 1975; e Keinert, Rubem César "O Desenvolvimento como Preocupação Sociológica" FFCL, de Assis, 1972, Mimeo.

02. Ver Fernandes, Florestan Mudanças Sociais no Brasil, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1974.

03. Ver Fernandes, Florestan Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1971.

04. Ver Fernandes, Florestan Elementos de Sociologia Teórica São Paulo, Companhia Editora Nacional 1974.

05. Ver Fernandes, Florestan A Sociologia numa Era de Revolução Social, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.
06. Cardoso, Fernando Henrique Capitalismo e Escravidão São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962.
07. Giannotti, José Arthur - Origens da Dialética do Trabalho - São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.
08. Cardoso, Fernando Henrique, op. cit.
09. Giannotti, José Arthur, op. cit. Este estudo de Giannotti tem por objeto a dialética do trabalho formulada por Marx nos Manuscritos de 1944, sendo portanto um questionamento indireto dos pressupostos jovem marxista-sartreanos de Cardoso. Ver o Prefácio à Edição Francesa de Origens da Dialética do Trabalho, transcrita parcialmente no capítulo 2 do presente trabalho.
10. O Seminário acerca de "O Capital" de Marx foi realizado a partir de 1959 por um grupo informal interdisciplinar. A iniciativa constituiu uma experiência ímpar nas Ciências Sociais no Brasil, podendo inclusive ser pensada como experiência originária do CEBRAP, constituído após as aposentadorias compulsórias de professores em 1969. Acerca do CEBRAP, de sua estrutura e funcionamento enquanto grupo interdisciplinar, ver o texto citado de Brandão Lopes. Acerca dos participantes do Seminário ver Capítulo 2 do presente estudo. Cabe ressaltar que Florestan Fernandes se viu excluído, não tendo portanto participado desse Seminário. Ver os capítulos 7 e 8 do seu livro A Sociologia Brasileira, Petrópolis, Vozes, 1977.
11. Ainda não foi realizada uma análise exaustiva da produção

realizada na Escola de Sociologia e Política de São Paulo e na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP, no período que vai desde 1934 até 1945 aproximadamente, todavia os arrolamentos das obras produzidas pelos autores mais significativos permitem assinalar a dominância da corrente funcionalista no período em questão. Ver Candido, Antonio de Mello "A Sociologia em São Paulo" , Ianni, Octávio " " in Bruno, e Ernani Silva São Paulo, Terra e Povo, Porto Alegre, Editora Globo, 1969. Ver também a Introdução de Folclore e Mudança Social em São Paulo, em que Florestan Fernandes descreve seu aprendizado do funcionalismo. Fernandes, Florestan Folclore e Mudança Social em São Paulo - São Paulo, Editora Anhembi S.A. 1961.

12. Ressalte-se que as posições assumidas pelos autores enfocados no momento aqui em questão vieram a ser posteriormente formulada (Fernandes) e abandonadas (Cardoso, Giannotti e também Fernandes). Ver neste sentido a periodização da evolução do grupo original de pesquisadores da Escola proposta nesta introdução.
13. Ressalte-se que o presente estudo visa estabelecer algumas reflexões sobre as posições básicas assumidas na controvérsia enfocada, privilegiando portanto a análise interna do pólo teoria social.
14. CARDOSO, Fernando Henrique, "Modelo Político Brasileiro", São Paulo Difusão Européia, 1972, pág. 138.
15. COSTA, Pinto L. A. e Carneiro Edison "As Ciências Sociais no

Brasil", Rio de Janeiro, CAPES 1955.

16. Idem, op. cit.
17. FERNANDES, Florestan "O Desenvolvimento Histórico Social da Sociologia no Brasil" in A Sociologia no Brasil, Petrópolis, Vozes, 1977.
18. Esta periodização foi efetivada tendo por base as obras do grupo original da Escola (Fernandes, Cardoso e Ianni) donde seu caráter tentativo, passível de enriquecimento quanto da inclusão futura da produção dos outros autores do grupo. Resalte-se que Renato Jardim Moreira participou também do grupo inicial organizado em torno das pesquisas sobre as relações raciais no Brasil, tendo-se dele afastado logo depois. Ver Fernandes, Florestan, A Sociologia no Brasil, Petrópolis, Vozes, 1977, pg. 186.
19. FERNANDES, Florestan, Mudanças Sociais no Brasil, São Paulo Difusão Européia do livro 1974, 2ª edição, pág. 101.
20. Acerca da Campanha de Defesa da Escola Pública ver as Contribuições de Florestan Fernandes, incluídas na coletânea deste autor Educação e Sociedade no Brasil, São Paulo Dominus Editora (Editora da USP) 1966 e o texto "Exigências Educacionais do Processo de Industrialização", de Cardoso e Ianni, in: Octavio, Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S/A, 1963.
21. Cabe destacar que, a rigor, a um nível teórico-sistemático,

esta problemática já nucleava a produção de Florestan Fernandes, ocorrendo a sua primeira explicitação já no texto acerca da "Concepção de Ciência Política de Karl Mannheim" (1946). Todavia, só a partir do texto acerca da existência ou não de uma crise da democracia no Brasil (1954) é que a mesma é formulada em termos históricos, isto é, enquanto concepção de Brasil. Ver Fernandes, Florestan, "A Concepção de Ciência Política de Karl Mannheim" in: Elementos de Sociologia Teórica, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1974, e "Existe Uma Crise da Democracia no Brasil?" e "Obstáculos Extraeconômicos à Industrialização" in: Mudanças Sociais no Brasil, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1974. Ver capítulo 1 do presente trabalho.

22. Ver Bastide, Roger e Fernandes, Florestan, Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo, São Paulo, Editora Anhembi, 1955; Cardoso, Fernando Henrique e Ianni, Octavio - Cor e Mobilidade Social em Florianópolis, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1960, textos elaborados dentro dos marcos teóricos vigentes nesta conjuntura. Ver também Cardoso, Fernando Henrique, Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962; Ianni, Octavio, As Metamorfoses do Escravo, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962, textos elaborados ainda a partir deste projeto coletivo, todavia, a partir de marcos teóricos distintos, isto é, relativos à problemática da alienação. A este respeito, ver capítulo 2 do presente estudo. Além destas obras, cabe ressaltar o estudo de Franco, Maria Sylvia de Carvalho, Homens Livres na Ordem Escravocrata, São Paulo, Editora Ática, 1974, o qual, elaborado também no contexto do projeto coletivo aqui enfocado, realiza um questionamento dos marcos teóricos vigentes na conjuntura aqui em questão.

23. Ver Cardoso, Fernando Henrique, e Ianni, Octavio, Cor e Mobilidade Social em Florianópolis, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1960; os textos incluídos na coletânea de Ianni, Octavio, Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A., 1963, assim como "Estudo de Comunidade" e "Conhecimento Científico" in Ianni, Octavio, Sociologia da Sociologia Latino-Americana, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1971; ver também "Proletariado no Brasil: Situação e Comportamento Social" in Cardoso, Fernando Henrique, Mudanças Sociais na América Latina, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969.
24. Recorde-se que Florestan Fernandes não participou do Seminário.
25. Esta demarcação se evidencia especialmente nos textos acerca de questões de método nas obras de Ianni e Cardoso, redigidas nesta conjuntura em que insuficiências da análise funcionalista são apontadas. Ver Ianni, Octavio, As Metamorfoses do Escravo, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962, e Cardoso, Fernando Henrique, Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962.
26. Este posicionamento também era assumido por Octavio Ianni e por Bento Prado Júnior, sendo que este último realizou a tradução de Questão de Método, de Sartre, para o português.
27. Estes posicionamentos sartreano e lukacsiano tem como referência posições específicas destes autores, assumidas nas obras Questão de Método e História e Consciência de Classe, respectivamente. Ver Sartre, Jean Paul, Questão de Método,

São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967, e Lukács, Ceorg, História y Consciência de Classe, Barcelona, Ediciones Grijalbo S.A., 1975. Além dos textos de Cardoso e Ianni citados na nota (24), ver também Giannotti, José Arthur, Origens da Dialética do Trabalho, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966, obra que embora elaborada por volta de 1965, retém o posicionamento deste autor nas discussões do Seminário aqui em questão.

28. Ver capítulo 2 do presente estudo.

29. Ver nota 1.

Cabe assinalar que Giannotti concluiu seu estudo acêrca das Origens da Dialética do Trabalho somente em 1965 tendo por referência ainda os marcos da controvérsia interna ao Seminário sobre O Capital de Marx, a qual será objeto de análise no segundo Capítulo do presente estudo. Assinale-se também que somente após 1970 Giannotti publica novos estudos, donde sua ausência nas conjunturas finais aqui demarcadas. Atualmente, Giannotti está concluindo um novo estudo acêrca de Dialética Materialista, no qual procura romper com a posição assumida na controvérsia em foco.

30. Ver, neste sentido, especialmente o texto "Reflexões Sobre a Mudança Social no Brasil", in Fernandes, Florestan, A Sociologia numa Era de Revolução Social, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976, segunda edição; ver também as reflexões finais do presente estudo.

31. CARDOSO, Fernando Henrique, Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico, São Paulo, Difusão Européia do Livro,

1965, pág. 69. Destaque-se que anteriormente, este conceito se identificava com a problemática originária da Escola tendo sido objeto de reformulação nesta conjuntura. Ver também Ianni, Octavio Estado e Capitalismo - Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1967.

32. Idem, op. cit., pág. 68.

33. Idem, op. cit., pág. 67.

34. Idem, op. cit., pág. 70.

35. Idem, op. cit., pág. 71. Na segunda parte do capítulo II, Cardoso realiza a análise dos temas "Crescimento espontâneo e Burguesia Nacional" e "Emancipação Nacional e Desenvolvimento", buscando exatamente estudar esta luta, isto é, o desenvolvimento econômico como movimento social (ver pág. 72 e seguintes).

36. Idem, op. cit., pág. 187.

37. "Convém assinalar que ao iniciar as entrevistas com os empresários parti da convicção, corrente na época, da possibilidade de levar adiante o desenvolvimento econômico, promover as "reformas de base" e alcançar formas de participação políticas mais amplas e de distribuição social mais equitativa por intermédio da política nacional-populista. A reconstituição histórico-estrutural da formação da sociedade industrial e a análise do comportamento e das atitudes dos empresários mostrou-me, no decorrer da investigação, os equívocos da ideologia predominante à esquerda e a inconsistência prática das

políticas propostas. Este livro foi um esforço para ressaltar, quando ainda existiam opções nacional-populistas vigorosas as dificuldades e mesmo impossibilidades de conseguir a transformação da sociedade brasileira, com as aspirações indicadas acima com base na aliança entre empresários nacionais, Estado e massas populares." "Cardoso, Fernando Henrique, Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971, segunda edição, págs. 14 e 15.

"Foi no processo de realizar um estudo sobre os empresários nacionais, entrevistando-os, que pude ir mais longe na crítica às bases sociais e políticas de tal estilo de "projeto desenvolvimentista". Isso ocorreu, entretanto, não apenas porque os dados coligidos chocavam com os quadros de referência ideológica mas porque na época das entrevistas (julho de 1961-outubro de 1962) depois da renúncia de Jânio, as condições políticas do país haviam acirrado a luta de classe. Parte ponderável do empresariado nacional conspirava claramente com grupos estrangeiros, organizava-se politicamente e enfrentava o sindicalismo nacional populista e o Governo "da burguesia nacional". Cardoso, Fernando Henrique Notas sobre Estado e Dependência, São Paulo, CEBRAP 1973, Cadernos nº 11, pág. 37.

38. CARDOSO, Fernando Henrique e FALLETTO, Enzo, Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973.

Este caráter totalizador do conceito de dependência se evidencia na distinção estabelecida por Cardoso e Falletto entre este conceito e os de subdesenvolvimento e de periferia, buscando ressaltar que são "distintos tanto as dimensões a

que estes conceitos se referem quanto sua significação teórica".

"A noção de dependência alude diretamente às condições de existência e funcionamento do sistema econômico e do sistema político, mostrando as vinculações entre ambos, tanto no que se refere ao pleno interno dos países como ao externo. A noção de subdesenvolvimento caracteriza um estado ou grau de diferenciação do sistema produtivo - apesar de que isso implique algumas 'consequências sociais' - sem acentuar os pontos de controle das decisões de produção e consumo, seja internamente (socialismo, capitalismo, etc.) ou externamente (colonialismo, periferia de mercado mundial, etc.). As noções de 'centro' e de 'periferia', por seu lado, destacam as funções que cabem às economias subdesenvolvidas no mercado mundial sem levar em conta os fatores políticos-sociais implicados na situação de dependência". pág. 26. Para os fundamentos históricos desta substituição, ver Cardoso, Fernando Henrique - "Notas sobre Estado e Dependência" São Paulo, CE BRAP - 1973, Cadernos nº 11, pág. 37.

39. Ver Cardoso, Fernando Henrique - "O Modelo Político Brasileiro" - São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1973 e Autoritarismo e Democratização - Rio de Janeiro - Editora Paz e Terra, 1975.
40. No texto "Hegemonia Burguesa e independência econômica - raízes estruturais da crise brasileira" (1967), publicado em CARDOSO, Fernando Henrique, Mudanças Sociais na América Latina, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969, tem-se uma reflexão acerca do caso brasileiro em que as conclusões do referido estudo acerca do empresariado industrial brasileiro

são retomadas já dentro do enfoque da noção de dependência, abandonando a noção de subcapitalismo.

41. Ver CARDOSO, Fernando Henrique, Autoritarismo e Democratização, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, especialmente a Introdução.

A concepção de Ianni acêrca do conceito de dependência não se destingue basicamente do de Cardoso e de Falletto donde não ter sido objeto de análise. Os textos de Ianni mais significativos para a apreensão de seu posicionamento acêrca da noção de dependência são: A Sociologia da Dependência in Ianni, Octavio - Sociologia da Sociologia Latino Americana, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira 1971; "Imperialismo e Relações de Dependência", e "Dependência Estrutural e Contradições Internas" in Ianni Octavio - Imperialismo na América Latina, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1974.

Ver também as análises acêrca do Caso Brasileiro realizadas nas obras de Ianni, O. O Colapso do Populismo no Brasil, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1968 e Estado e Planificação Econômica no Brasil (1930-1970) - Rio de Janeiro - Editora Civilização Brasileira, 1971.

42. "Este livro reúne ensaios que foram escritos sob grande tensão intelectual e moral. O golpe de Estado de 1964 não me apanhou desprevinido. Todavia, com outros intelectuais, não tive meios concretos para fazer qualquer tipo de oposição válida e eficaz a ditadura militar, que então se estabeleceu. Onde e quando surgia oportunidades, procurei aproveitá-las, manifestando o meu inconformismo diante da ruptura com as pequenas e superficiais conquistas do regime democrático em

nosso país" Fernandes, Florestan, Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1968, pág. 7.

43. Ver especialmente "A dinâmica da mudança sócio-cultural no Brasil" (1965), texto em que a "irracionalidade do comportamento conservador", é objeto de minuciosa análise. Fernandes, Florestan, Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1968.

Destaque especial cabe ao estudo A Integração do Negro na Sociedade de Classes (1965) o qual é uma das, ou talvez mesmo a principal obra de Florestan Fernandes. Este estudo escrito nos anos de 1964 e 1965 foi realizado dentro dos marcos teóricos então vigentes na produção deste autor sendo a expressão máxima da tensão teórica referida. Ver Fernandes, Florestan - A Integração do Negro na Sociedade de Classes. São Paulo, Dominus Editora (Editora da USP), 1965.

44. Os capítulos constitutivos da Primeira e Segunda Parte de A Revolução Burguesa no Brasil, foram redigidos em 1966 e somente publicados em 1975, sem modificações, donde a profunda distância entre estes capítulos elaborados ainda dentro dos marcos teóricos referidos e os capítulos da Terceira Parte do referido livro, que foram elaborados em 1974. Ver Fernandes, Florestan, A Revolução Burguesa no Brasil, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.

45. Idem, op. cit., pág. 88.

46. Ver especialmente "Obstáculos extra-econômicos à Industrialização" in Fernandes, Florestan - Mudanças Sociais no Brasil,

São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1974. Ver também o Ca
pítulo 1º e as Reflexões Finais do presente estudo.

47. Idem, Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento, Rio de Ja
neiro, Zahar Editores, 1969 - pág. 103.
48. Idem, op. cit., pág. 103.
49. Idem, Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América La
tina, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975; A Revolução Bur
guesa no Brasil, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975; e,
Circuito fechado São Paulo, Editora Hucitec, 1976.
50. Fernandes Florestan, A Revolução Burguesa no Brasil, Rio de
Janeiro, Zahar Editores, 1975, pág. 7.
51. Florestan Fernandes concebe o recurso a Sartre e Lukacs co
mo mera questão de moda intelectual, o que vem a implicar na
incompreensão do caráter orgânico destas "retomadas" no con-
texto da evolução do grupo de pesquisadores. Ver Fernandes ,
Florestan, A Sociologia no Brasil. Petrópolis, Editora Vozes
1977, especialmente os capítulos 7 e 8. Este autor por outro
lado, concebe sua própria retomada de Mannheim como estraté
gia não indicando porém o caráter básico desta na sua produ-
ção no período em questão. Ver Entrevista em Revista Trans -
formação nº 2 FFCL Assis 1977.
52. Ver Ianni, Octavio - "Estudo de Comunidade e Conhecimento Ci
entífico" in Sociologia da Sociologia Latino Americana, Rio
de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1971.

53. Ver Ianni, Octavio - "Sociologia e Dependência Científica" - op. cit. ,Como os próprios termos indicam existe uma distância entre as análises realizadas por Ianni nestes dois textos citados, correspondendo cada um a uma problemática básica, isto é, aquele a problemática inicial da Escola e este a problemática da dependência.

CAPÍTULO I

DEMORA CULTURAL E A CONSTRUÇÃO DA ORDEM SOCIAL INDUSTRIAL DEMOCRÁTICA NO BRASIL (1954-1959): ATITUDES E MOTIVAÇÕES DESFAVORÁVEIS AO DESENVOLVIMENTO.

"Existe uma Crise da Democracia no Brasil?"⁽¹⁾, conferência pronunciada no Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política no Ministério da Educação em 28/06/1954, por Florestan Fernandes, se impõe como marco decisivo na evolução da produção deste autor por se tratar da primeira concretização, identificável, da problemática básica: Razão e Construção da Ordem Social Industrial e Democrática como análise do Brasil da época. Ao mesmo tempo o texto inaugura uma tendência geral da produção da Escola que se traduz de modo cristalino em palavras recentes de Florestan Fernandes: (uma) "aventura comum de vincular a investigação sociológica à transformação da sociedade brasileira"⁽²⁾.

A formulação a nível teórico-sistemático da problemática em questão já pudera ser retida anteriormente como, pro exemplo, no final do texto "O Significado das Ciências Sociais no Mundo Moderno"⁽³⁾ (1950) no qual Florestan Fernandes a ponta que:

"De um lado, elas nos abrem perspectivas quase insondáveis de conhecimento e de domínio das forças que operam no meio social em que vivemos. De outro lado, elas poderão contribuir, de forma poderosa, para a formação do novo tipo de homem, exigido pela civilização científica e industrial, em desenvolvimento"⁽⁴⁾.

Estes dois aspectos complementares configuram o campo da Sociologia Aplicada, à qual Florestan Fernandes dedica, ao longo de todo o período de 1946 a 1960, especial atenção.

Se em 1946, Florestan realiza o estudo deste campo-problemática enquanto "A Concepção de Ciência Política de Karl Mannheim"⁽⁵⁾, já a partir de 1947, no texto "O Problema do Método da Investigação Sociológica"⁽⁶⁾, inicia-se um processo de autonomização crescente frente a esta concepção, seja em termos da originalidade da formulação da problemática, por Florestan Fernandes, seja de sua solução, sem contudo implicar a perda de pontos comuns entre ambas as produções.

Na conjuntura aqui em foco (1954-1959), Florestan dedica especial esforço de teorização deste campo-problemática, de que são ilustrativos os trabalhos "Sociologia Aplicada: Seu Campo, Objeto e Principais Problemas" (1958)⁽⁷⁾, "A Ciência Aplicada e a Educação como Fatores de Mudança Cultural Provocada" (1958)⁽⁸⁾.

Se o estudo da mesma no primeiro texto é realizado a nível teórico-sistemático, já no segundo texto abrange também o nível histórico, ao ser efetivada em sua última parte a análise do "Dilema Educacional Brasileiro" o qual consiste no fato de o sistema educacional brasileiro abranger "instituições escolares que não se ajustam, nem qualitativa nem quantitativamente às necessidades educacionais prementes, que são compartilhadas em escala nacional ou que variam de uma região para outra do país"⁽⁹⁾.

Esta formulação histórica, de resto, como foi anteriormente indicado, se evidencia já em 1954 no texto acerca da propalada crise da Democracia Brasileira. Este texto demarca o início da conjuntura em questão, por ser exatamente o primeiro em que tal formulação se dá a nível histórico, e em que está é resolvida em termos da Hipótese da Demora Cultural.

O que é a Sociologia Aplicada? Quais seus fundamentos teóricos e suas implicações práticas? Em que consiste a originalidade do projeto desta nos termos de Florestan Fernandes em relação à Concepção de Ciência Política de Karl Mannheim? Quais os fundamentos históricos da sua proposição por Florestan Fernandes enquanto diagnóstico-solução então do Caso Brasileiro?

Estes são os problemas que se impõem para o estudo da conjuntura teórica em questão. Cabe ressaltar agora que exatamente a Hipótese da Demora Cultural, como resposta da problemática histórica brasileira na conjuntura em questão, ocupa papel estratégico, pois retém exatamente os fundamentos históricos da operacionalidade possível de um projeto de Sociologia Aplicada na mesma.

Conceitualmente, Sociologia Aplicada consiste na "análise dos efeitos disnômicos da vida social e das condições previsíveis de intervenção racional no controle das situações em que eles emergem socialmente"⁽¹⁰⁾ sendo que uma das exigências fundamentais da mesma é de que seja uma análise do presente⁽¹¹⁾.

A definição transcrita permite verificar que o campo da Sociologia Aplicada proposta por Florestan Fernandes ,

enquanto projeto original, estrutura-se em termos de uma síntese original entre os princípios teóricos básicos da Ciência Política de Mannheim e os princípios teóricos da análise funcional⁽¹²⁾. Mais especificamente, é na identificação implícita na definição acima entre "efeitos disnômicos" e "situações irracionais" como opostos de "situações racionais", isto é, "funcionais", que tal síntese se torna possível e se efetiva.

De um lado, a noção de "efeito disnômico" elaborada por Florestan Fernandes, como base na crítica do conceito de anomia, feita por Radcliffe Brown, e na sugestão alternativa de usar-se, para esse fim, o conceito de "disnomia", é mantida nos termos da fundamentação deste conceito feita por este autor⁽¹³⁾.

Já de outro lado, o mesmo não ocorre com a distinção entre os conceitos de situação irracional e racional, se considerados como referencial à formulação manheimiana no contexto da discussão acerca da Ciência Política.

A distinção proposta por Fernandes, ao diferenciar-se da de Mannheim, permite uma identificação entre situações disnômicas e situações irracionais, possibilitando pois que, de outro lado, a funcionalidade se identifique com a racionalidade. Senão vejamos.

Mannheim no início da III Parte de Ideologia e Utopia⁽¹⁴⁾ busca responder à pergunta "Porque não existe uma Ciência de Política?" apontando que esta tarefa é típica da Sociologia do Conhecimento⁽¹⁵⁾. A tentativa de resolvê-la se realiza através de três passos que cabe reter, pois é no âmbito destes que os conceitos de conduta irracional e racional se definem.

Um primeiro passo consiste na própria formulação do problema em termos precisos. Esta formulação tem por pressuposto a definição de conduta política como tendo que "ver com o estado e a sociedade enquanto estes se encontram em processo de desenvolvimento"⁽¹⁵⁾. Ou em outros termos:

"A conduta política confronta-se com um processo em que cada momento cria uma situação única, e procura desemaranhar dessa corrente contínua de forças algo que tenha um caráter duradouro"⁽¹⁷⁾.

Donde a questão seguinte:

"Existirá uma ciência dessa evolução, uma ciência da atividade criadora?"⁽¹⁸⁾.

Já o segundo passo consiste em solucionar a questão da significância, no campo social, desse "contraste entre o que existe e o que está em vias de tomar existência", recorrendo para tanto à distinção realizada por Schäffle entre dois aspectos discerníveis a cada momento da vida sócio-política:

"Primeiro uma série de acontecimentos sociais que obedecem a um padrão e se repetem regularmente: e, segundo, os acontecimentos ainda em processo de formação, em que, nos casos individuais, cumpre tomar decisões que dão origem a situações novas e únicas. Aos primeiros, chamou de 'assuntos rotineiros do Estado' ... aos segundos, política"⁽¹⁹⁾.

Mannheim aponta que a fronteira entre ambas as classes é na realidade extremamente flexível, todavia torna-se possível formular esta distinção em termos teóricos.

"Todo processo social pode ser dividido em uma esfera racionalizada que consiste em processos estabelecidos e rotineiros de resolver as situações que se repetem de maneira ordenada, e a 'irracional' que a circunscreve" (20).

Finalmente, o terceiro passo consiste na indicação de que a característica principal da cultura moderna é exatamente a de "incluir o máximo possível na esfera do racional - submetendo-o assim ao controle administrativo - e, por outro lado reduzir o elemento 'irracional' à insignificância" (21).

Verifica-se pois que é no âmbito especificamente do segundo passo que a distinção racional e irracional se estabelece, sendo especificada em nota que cabe reproduzir aqui.

"O emprego da expressão 'esfera racionalizada' deve ser tomado num sentido mais lato. Pode ela significar uma atitude teórica e racional, como no caso de uma técnica que se calcula e determina racionalmente, ou pode ser usada no sentido de 'racionalização', em que uma sequência de eventos segue um curso regular e previsto (ou provável), o que sucede com as convenções, os usos, os costumes em que a estrutura dos acontecimentos não se entende inteiramente, embora pareça possuir um caráter estável. O uso que Max Weber faz do vocábulo 'estereótipos' designa a classe mais ampla e as duas subclasses de tendência estereotípica, (a) o tradicionalismo e (b) o racionalismo. Já que esta distinção não é importante para o nosso problema atual, usaremos o conceito de 'estrutura racionalizada' no sentido mais compreensivo em que Max Weber usa a idéia geral de 'estereotipar' (22).

Ora, esta especificação em termos weberianos vem a criar uma dificuldade seríssima. Operar ao nível do conceito de "estereotipação" não significa um possível impasse silenciado

se considera a questão de que cabe à Ciência Política orientar a ação social no sentido da racionalização crescente típica da cultura moderna? Ou seja, é possível conceber que a ciência da política visse à criação de estruturas normatizadas (estereotipadas) de tipo tradicional? ⁽²³⁾.

Embora Mannheim não coloque esta questão parece ser possível afirmar que não se inclinaria de modo algum por uma resposta positiva nesta direção, mas antes na direção de uma estereotipação, normativização cujo paradigma seria a ação racional weberiana, independentemente de sua orientação por valores ou fins racionais propriamente ditos.

Se auxiliar a criação de estruturas estereotipadas enquanto tarefa da Ciência da Política é concebida em termos de "síntese mais completa das tendências de uma época" ⁽²⁴⁾, sendo esta síntese produto de uma "camada intelectual sem laços sociais" ⁽²⁵⁾, tem-se plenamente a crucialidade desta questão.

Ou em outros termos, dada a Questão Pedagógica como a questão básica da Ciência da Política, seria possível pensar em uma solução pedagógica tradicionalmente orientada como projeto teórico-prático de Mannheim? ⁽²⁶⁾.

Se em Mannheim esta questão é silenciada, já em Florestan Fernandes verifica-se uma tomada de posição enquanto resposta explícita, a qual implica a referida diferença de conceituação dos processos sociais irracionais e racionais entre ambos os autores.

No próprio texto acerca da "Concepção de Ciência Política de Karl Mannheim", Florestan Fernandes, ao final de sua análise de definição mannheimiana do objeto da Política, agrega que:

"Sua função (da política) não é indicar normas e fins. Ao contrário, deve fornecer meios racionais de ação capazes de acelerar as transformações necessárias no sentido socialmente desejado ou desejável" (27).

Ora, nestes termos torna-se explicitamente impossível pensar em uma ciência da Política fornecendo meios racionais a ações tradicionais, pois não se trata aqui tão somente de "estereotipar" o irracional, como em Mannheim, senão de o "estereotipar" em termos de ação racional propriamente dita.

Aqui se torna possível, pois, pensar a Questão Pedagógica enquanto formulada segundo o paradigma da ação racional:

"A questão que está na base de todos os problemas práticos a serem enfrentados no campo da Sociologia Aplicada é: Como intervir na organização da personalidade e preparar o homem para viver em uma sociedade secularizada e planificada?

De um lado, é preciso indagar como desenvolver no homem conhecimentos e capacidades que favoreçam seu ajustamento ativo às condições de transição e de crise social, com que nos defrontamos no presente. Existem forças e influências contraditórias em jogo, e depende estritamente das opções humanas o fortalecimento de linhas de comportamento congruentes com as tendências de transformação da ordem social existente.

De outro lado, o estado incipiente deste processo não nos deve impedir de indagar quais são os requisitos intelectuais da preparação para a vida numa sociedade em que prevaleçam os modelos racionais de ação, a planificação e a ética baseada na concepção científica do mundo.

O fato é que se tornou patente que a nova ordem social exige um novo tipo de homem, o que cria complexas tarefas urgentes para o sistema educacional produzido pela civilização industrial e pela sociedade de classes" (28).

Em textos nos quais o projeto de Sociologia Aplicada já está configurado, é possível identificar a formulação da distinção irracional/racional em foco nos mesmos termos, assim como apreender suas consequências principais. Esta identificação pode ser realizada, seja nos textos teórico-sistemáticos, seja em textos dedicados à análise do Caso Brasileiro como os já citados.

A nível teórico tem-se no texto acerca de "A Ciência Aplicada e a Educação como Fatores de Mudança Cultural Provocada" (1958) (27), a constatação de que:

"A Ciência Aplicada e a Educação receberam, na civilização tecnológica industrial, um desenvolvimento que exprime a interdependência de duas ordens contraditórias de condições e fatores.

Primeiro, no plano da consciência racional dos fins, dos meios e das condições ideais para pô-los em prática: a natureza abstrata do saber científico-positivo ou dos raciocínios baseados em sua aplicação favorecem a acumulação rápida de conhecimentos sobre os alvos que devem orientar, racionalmente, a ação humana nessas esferas.

A articulação das duas ordens de condições e de fatores, através das situações sociais da existência e da contínua transformação delas, tem favorecido seja o alargamento da consciência racional pelo influxo de valores polarizados socialmente, seja a permeabilidade da consciência social e influências especificamente racionais. No entanto, o desequilíbrio persistente das duas ordens de condições e de fatores vai contribuindo para reduzir o poder atuante da Ciência Aplicada e da Educação. São as potencialidades de ambas que lograram incorporação à consciência social, e, em consequência, reconhecimento societário de que são 'valiosas' e 'necessárias', são exploradas efetivamente e encontram campo para operar como mecanismos de mudança da situação existente" (30).

O texto transcrito, ao mesmo tempo em que expressa em seu conjunto a problemática básica da obra de Florestan Fernandes no período em questão, retém implícitas, a nível da segunda ordem de condições e fatores, as oposições sacralização-secularização e tradicional-racional. O primeiro termo de cada par é responsável pelo não aproveitamento racional das potencialidades sócio-culturais da Ciência Aplicada e da Educação, isto é, da conduta racional⁽³¹⁾. Reencontra-se deste modo a distinção em questão, isto é, a ação tradicional, em relação à civilização tecnológica e industrial, é profundamente disnômica, isto é, "irracional".

Se no referido texto, o par tradicional-racional busca explicar especificamente o aproveitamento fragmentário da Ciência Aplicada e da Educação, em textos que têm por objeto o Caso Brasileiro, ele vem a ocupar posição crucial na interpretação teórica e prática da própria problemática histórica, isto é, do processo de construção da ordem social industrial e democrática no Brasil⁽³²⁾.

O texto "Existe uma Crise da Democracia no Brasil?" (1954) ⁽³³⁾, contém a primeira formulação plena de uma resposta à problemática histórica brasileira, com base nesta oposição. Mais especificamente, buscando responder por que a construção da Democracia no Brasil ainda é um processo incipiente ⁽³⁴⁾, Florestan aponta que fundamentalmente isto se deve a um processo de Demora Cultural.

A definição teórica abaixo transcrita desta hipótese, permite reter o modelo analítico de Florestan Fernandes, baseado na possibilidade de emergência de disnomias (irracionalidades) em setores da vida social estereotipados, em termos de tensões entre padrões tradicionais e padrões racionais emergentes.

"Uma das hipóteses mais penetrantes da moderna interpretação sociológica é a da demora cultural. Ela consiste na presunção de que, quando não é homogêneo o ritmo da mudança das diversas esferas culturais e institucionais de uma sociedade, umas esferas podem se transformar com mais rapidez do que outras, introduzindo-se um desequilíbrio variável na integração delas entre si. Quando isso ocorre, é óbvio que no período de transição se produzem atritos e tensões resultantes das próprias condições de mudança social. As expectativas de comportamento antigas e as recém formadas coexistem, inevitavelmente, durante algum tempo, criando fricções nos ajustamentos dos indivíduos à situações que são por elas reguladas socialmente" ⁽³⁵⁾.

Cabe deixar ressaltado aqui que a hipótese em questão pressupõe, para sua enunciação, teoricamente, uma tendência à realização plena do tipo emergente, o qual ao mesmo tempo serve de modelo ideal-típico para a determinação do grau de Demora, isto é, do grau de integração do sistema social ⁽³⁶⁾.

Estes pontos se evidenciam no texto a seguir, no qual Florestan Fernandes discute a existência ou não de uma crise da democracia no Brasil, no momento aqui considerado.

"A evolução política do Brasil apresenta certas constantes dinâmicas, todas elas dotadas da mesma significação. Uma delas, talvez a mais característica, se mostra na tendência a assimilar modelos mais adiantados... As técnicas normais de organização do poder político são realmente muito complexas e não é de estranhar que se formem, nos países insuficientemente desenvolvidos, movimentos sociais que têm por objetivo a transplantação de instituições nascidas nos países através dos quais se processou a expansão do mundo ocidental. Com o correr dos tempos, essas instituições acabam sendo reinterpretadas, para se ajustarem ao novo sistema cultural e para poderem preencher funções bem diversas daquelas para as quais foram inventadas. Outra constante dinâmica é a que se oferece na ligação das diversas etapas de organização da ordem legal com propósitos definidos, embora sempre variáveis, de promover e intensificar os laços de integração nacional. Por fim, uma terceira característica dinâmica surge na esfera da organização da ordem legal propriamente dita. A importância de elementos autoritários tende a diminuir gradativamente na constituição do Estado brasileiro, ainda que os regimes de vida política autônoma, experimentados até o presente no Brasil, tenham favorecido a persistência deles em grau elevado.

Essas constantes dinâmicas são índices ou sintomas de operação contínua de processos sociais que tendem para o mesmo fim: a constituição de uma ordem legal democrática, coerente com as condições de existência social do povo brasileiro. Elas sugerem duas coisas. Primeiro, que a instauração da democracia no Brasil não pode ser encarada, literalmente, como um processo de todo incipiente, porque ele se exprime mediante tendências definidas do desenvolvimento histórico social. Segundo, que se trata de um processo em

pleno devir, cujo sentido se torna inteligível somente através da análise de tendências evolutivas. Com isso, acreditamos poder esboçar uma caracterização, que contraria o que se defende, comumente, como verossímel. A ordem legal tende, na sociedade brasileira, para um padrão organizativo democrático.

A descrição segundo a qual o Estado brasileiro tende para um padrão organizativo democrático não pressupõe, (por sua vez), nenhuma implicação que transcenda aos limites das constantes dinâmicas assinaladas, nem mesmo quando quanto aos efeitos presumíveis da alteração isolada ou concomitante dos processos sociais que as produzem. Assim, o viciamento das eleições pela influência dos 'coronéis' ou por fraudes inspiradas no governo, a incapacidade aglutinadora dos partidos, inconsistência da opinião pública, a invasão das esferas do legislativo pelo executivo ou vice-versa, etc., não aparecem primariamente como índices da ausência de padrões democráticos de comportamento político. Mas sim, como ajustamentos possíveis e previsíveis, nos diversos graus em que se podem realizar na prática, tendo-se em vista as condições mesmas do controle legal ou espontâneo das ações e relações políticas em uma democracia ainda na fase de elaboração sócio-cultural. Doutro lado, tal descrição não é nem 'otimista' nem 'pessimista', em face da vida política brasileira e das suas perspectivas de desenvolvimento. Constituem, antes, uma formulação de caráter especificamente interpretativo, baseada em dados de fato e na presunção de que estas alterações da vida política brasileira possuem alguma regularidade.

Isso permite estabelecer uma equação objetiva do problema que nos preocupa. O diagnóstico proporcionado pelas noções correntes sobre a 'crise' da democracia no Brasil carece de precisão e de sentido. Na verdade, não se pode aceitar nem os fundamentos nem as implicações desse diagnóstico no plano da caracterização empírica. Uma 'crise' de crescimento ou de desenvolvimento só

é admissível, digamos por facilidade de expressão, quando se trata de organismos completamente constituídos. Ora, o que acontece com a democracia no Brasil é que ela está em elaboração sócio-cultural; ou seja, em outra terminologia, sua formação histórica não alcançou, ainda, uma etapa adiantada de estruturação e de maturação política" (37).

No texto transcrito evidencia-se uma dupla posição dos "modelos de organização da ordem legal".

De um lado, são modelos que vêm sendo tendencialmente assimilados, sofrendo reinterpretações, mas poderão vir a se realizar plenamente.

De outro lado, são modelos ideais-típicos que servem como referência para a verificação das próprias reinterpretações, e do seu grau de integração funcional.

O fato de este grau de integração ser por vezes determinado entre a consagração formal e a prática social (como, por exemplo, quanto aos direitos políticos no texto que se segue), em nada altera esta questão, pois aquela desempenha o papel de modelo ideal-típico, conforme pode ser constatado no texto a seguir transcrito, em que a Hipótese da Demora Cultural se explicita enquanto interpretação do momento presente brasileiro na concepção, então, de Florestan Fernandes.

"A implantação quase simultânea de República consagrou, juridicamente, essas transformações (substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, desaparecimento das castas e desagregação do sistema estamental) (36) ... concedendo igualdade política aos cidadãos brasileiros, sem levar em conta as distinções sociais que reproduziam o

passado no presente. Essa consagração formal das transformações foi aceita pelos membros das camadas dominantes, mas não as suas consequências práticas. Poucos se dispuseram a admitir que a opinião de seus colonos e camaradas ou de seus empregados e subordinados tivessem o mesmo valor ou exercessem a mesma influência nos destinos da Nação. A própria incapacidade política de vários setores do eleitorado servia para justificar, pelo menos aparentemente, essas atitudes. A composição social das elites dirigentes também sofreu os impactos da alteração da ordem social escravocrata e senhorial, renovando-se, lentamente, em quase todas as regiões do país. Todavia, como essas atitudes nada mais eram do que racionalizações para justificar a apropriação do poder, operou-se uma acomodação de interesses no seio das camadas dominantes. Aquelas atitudes, em vez de serem substituídas por outras, mais coerentes com os princípios democráticos, se mantiveram através da disputa do controle efetivo do eleitorado, por qualquer meio.

Daí resultou a inércia cultural, que se revelou prematuramente tanto na direção dos partidos, quanto na ação dos governos. As medidas que foram tomadas, mesmo nos períodos de maior ebulição política e administrativa, que se sucederiam à Revolução de 30, não eram de molde a promover as inovações que se faziam socialmente necessárias. O Estado ficou divorciado da Nação se não em bloco, o que seria impossível, pelo menos em diversos setores, de importância vital para a existência e a sobrevivência do Brasil como uma comunidade política. Os progressos alcançados pela chamada legislação trabalhista ou pelas tentativas a fomentar certos desenvolvimentos econômicos, no plano da produção industrial e agrícola ou no da assistência a zonas de pauperismo, mal atingiram os efeitos desejados e, até, algumas vezes chegaram a agravar os problemas. Por isso, pouco significam diante das enormes responsabilidades que pesam, no Brasil, sobre os partidos e sobre o governo.

Infelizmente não podemos debater a fundo esses problemas. Mas gostaríamos de indicar os dois

caminhos que se abrem à iniciativa dos homens públicos. Um, que vem sendo seguido e pressupõe uma filosofia política baseada na crença, no futuro e nos efeitos dos processos espontâneos da evolução da sociedade brasileira. Outro, que implica a escolha de uma ética de responsabilidade e a decisão de ampliar, onde for possível, a previsão e a intervenção racional, as articulações orgânicas que devem existir entre o Estado e a Nação na sociedade brasileira" (38).

Resumindo: A Demora Cultural, a nível político, tem se expressado na direção dos partidos e na ação dos governos, significando, no limite, o divórcio do Estado em relação à Nação, frente ao que abrem-se dois caminhos de solução: o da mudança social espontânea e o da mudança social controlada racionalmente" (39).

Acompanhemos a análise desenvolvida por Florestan de modo a reter o significado deste segundo caminho como a estratégia viável para o desenvolvimento da Democracia no Brasil. Ou seja, trata-se de verificar as possibilidades históricas da Sociologia Aplicada na consecução de tal mudança.

Apontando que "a educação para a democracia começa nas práticas políticas - não termina nelas", o autor acrescenta que cabe aos partidos e aos governos estenderem seus âmbitos de ação e multiplicar os meios de que dispõem de modo a cumprir as obrigações e funções especiais que a situação brasileira lhes impõe.

"Os partidos, principalmente, se defrontam com a necessidade de atrair e de educar nossas populações indiferentes à política, em geral, e aos princípios democráticos, em particular, ... Eles

precisam atrair e depois educar politicamente 55
cidadãos de direito, que não passam, ainda hoje,
de eleitores de fato. Os governos, por sua vez,
se defrontam com problemas que, em outros paí-
ses, foram resolvidos espontaneamente pela ini-
ciativa isolada mas convergente de indivíduos,
grupos e instituições sociais. Entre eles, sobre-
levam os que dizem respeito à criação de condi-
ções de segurança social e de prosperidade econô-
mica que, na época da formação e da expansão da
concepção liberal do mundo, deu origem à democra-
cia nos países ocidentais" (40).

É neste contexto que Florestan aponta, emitindo
"opiniões estritamente pessoais", as duas questões mais delica-
das e perigosas, para quem quer que seja, de nossa vida políti-
ca. "Referimo-nos", acrescenta Florestan, "à competição dos par-
tidos e à sua representação nos governos" (41).

"Quanto à primeira questão, parece-nos claro que
a competição entre os partidos deve ser livre
e irrestrita. ... Assim sendo, são deploráveis,
do ponto de vista prático, tanto a deturpa-
ção do trabalhismo e do socialismo, empreendi-
da em nosso meio pelas classes conservadoras e
por líderes políticos oportunistas, quanto o com-
bate sem quartel ao comunismo. Ambos conduzem ao
mesmo efeito: a eliminação do principal fermen-
to de politização das massas populares brasilei-
ras. ... Quanto à segunda questão, parece-nos
que as próprias condições de vida econômica e
política aconselham a participação mais ampla e
direta dos partidos nas ações dos governos. ...
Enquanto não existirem canais próprios de forma-
ção e manifestação de correntes rigorosas de
opinião, será difícil impulsionar os controles,
efetivamente, as ações do governo, fora ou acima
das atividades dos partidos. As três condições'
que se impõem são, como não poderiam deixar de
ser: 1º) que os partidos se modifiquem em sua
estrutura e funcionamento, de modo a adquirirem
unidade, disciplina e uma plataforma política de
finida; 2º) que os interesses econômicos e os
ideais políticos de todas as camadas sociais da
sociedade brasileira possam encontrar expressão
regular e autônoma nos partidos constituídos; 3º)
e que, finalmente, os partidos populares tenham

meios de exercer uma influência comparável à dos partidos conservadores. Isso, poderão dizer, é uma utopia. Se pudéssemos atingir esses fins, então poderíamos resolver com facilidade os problemas políticos brasileiros sem tantas preocupações com a situação dos partidos. Também admitimos isso, mas pensamos que, no período de transição por que atravessamos, seria conveniente adotar uma estratégia que permitisse, nos quadros sociais existentes na sociedade brasileira, intensificar as pressões e os controles sociais sobre as atividades do governo. Se isso não for conseguido, subsistirá o divórcio entre o Estado e a Nação, com todos os perigos que lhe são inerentes" (42).

Os partidos necessitam atrair e educar os eleitores, é necessária competição livre dos partidos e possibilidade de influência no governo. Se estas são as condições gerais para a realização plena das funções dos partidos existe ainda outra, que se introduziu no texto e que ocupa posição privilegiada na interpretação-programa: trata-se da condição 1^a. - modificação estrutural e funcional dos partidos de modo a adquirirem unidade, disciplina e uma plataforma política definida.

Parece-nos, pois, que embora a liberdade de organização e igualdade na cena política sejam duas condições presentes na análise da questão dos partidos, a questão principal na interpretação de Florestan é a da "não integração estrutural funcional dos partidos". Tem-se, pois, aqui um problema particular de Demora Cultural o qual pode ser solucionado através da Mudança Sócio-Cultural Provocada, isto é, em termos da Sociologia Aplicada.

Ora, encerrada esta segunda parte do texto - o papel do Estado e dos partidos na organização da vida política brasileira, com as reflexões acima, cabe acompanhar a análise desenvolvida na parte final do mesmo, buscando verificar sua posição na interpretação, dados os referenciais que até aqui se estebeleceram.

"A Educação como Fator de Integração Política", tema desta terceira e última parte vem completar o quadro da análise da questão da democracia no Brasil, e mais, vem a constituir no campo privilegiado para a análise e interpretação e para a formulação de proposição práticas para o enfrentamento do problema da Demora Cultural. Ou seja, sendo o problema principal da Democracia Brasileira o da Demora Cultural, nada melhor do que uma solução cultural ou, em outras palavras, uma Política Cultural Global para a sua solução; daí o privilegiamento da Educação como fator da integração política, de superação do divórcio Estado-Nação.

"... (Trata-se de) abordar... a intervenção do Estado, no sistema brasileiro de Educação, com objetivos propriamente políticos. (...) um ângulo legítimo (do problema da mudança sócio-cultural provocada) e que tem a vantagem de situar o debate em terreno em que o Estado brasileiro está aparelhado e dispõe de recursos financeiros ou humanos para agir" (43).

O caráter principal da questão educacional no contexto da Hipótese da Demora Cultural como explicação para o estágio de desenvolvimento da Democracia no Brasil pode ser apreendido no texto a seguir, no qual Florestan Fernandes, realizando "um retrospecto histórico" acerca da "intervenção do Estado no sistema brasileiro de Educação", após a República, conclui:

"Em poucas palavras sob a pressão de condições desfavoráveis mas também por falta de coerência ideológica e de inspirações revolucionárias dependentes politicamente, criou-se uma antinomia, que logo se iria revelar um dos focos mais ativos da mentalidade do regime republicano. De um lado, impunha-se naturalmente a necessidade de educar as massas populares egressas da antiga ordem escravocrata e senhorial sem nenhum preparo para que pudessem participar de uma ordem social legalmente igualitária. De outro lado, faz-se sentir a

incapacidade dos governos em atender efetivamente a essa necessidade. Os efeitos dessa antinomia se exprimem vigorosamente em sucessos recentes da implantação do Estado Novo às inseguranças do atual e que, na inconsistência dos partidos e das instituições políticas, na anarquia que entorpece a vida política nacional e abre um campo sem fronteira para o êxito do oportunismo político, fenômenos para os quais muito contribuem a falta de um elevado padrão de educação popular no Brasil" (44).

O texto transcrito é exemplar do tipo de interpretação dominante definidora da conjuntura teórica da Escola, senão vejamos.

De um lado tem-se a análise do momento brasileiro de então, isto é, tem-se uma crítica do "atual regime" (assim como do Estado Novo que o antecedeu), de outro, as dimensões abrangidas por esta crítica - partidos e demais instituições políticas (campo estrutural da política), anarquia e oportunismo (características a nível do campo funcional da política) - , analisadas na parte anterior de modo minucioso. Como fenômenos particulares da Demora Cultural, são caracterizados como "fenômenos para os quais muito contribuiu a falta de um elevado padrão de educação popular no Brasil", produto da antinomia-necessidade de educar as massas populares/incapacidade dos governos em atender efetivamente essa necessidade - compreendida como um dos focos mais ativos da instabilidade do regime republicano. Ou seja, o problema da carência educacional das massas e da necessidade de superá-las como campo estratégico para o confronto da Demora Cultural adquire uma importância analítica crescente. Não é outro o significado dos trechos a seguir transcritos.

"... o sistema educacional brasileiro poderá produzir efeitos suficientes para alterar, em um sentido positivo a articulação do Estado às condições reais da Nação" (45).

"... a escola precisa ser ajustada (46) ... para intervir nesse setor (esclarecimento dos jovens com referência às obrigações e aos direitos dos cidadãos em uma democracia) e nele desenvolver os adestramentos necessários. De um lado, para mimstrar de forma homogênea e impessoal, no seio da sociedade brasileira, um conjunto de conhecimentos indispensáveis à socialização dos imaturos, considerados como membros individuais de uma comunidade política nacional. De outro, para corrigir os efeitos das pressões ideológicas, exercidas inevitavelmente pelos adultos sobre os jovens em circunstâncias diversas, por causa de suas convicções ou dos seus interesses" (47).

"... a intervenção do Estado, com propostas definidas de ajustar o sistema educacional brasileiro às necessidades mais urgentes da vida política nacional, poderia alcançar dois efeitos presumíveis. Primeiro, criar condições dinâmicas essencialmente favoráveis à transição de uma ordem democrática incipiente para uma ordem democrática plenamente constituída. Falamos em condições dinâmicas porque se trata de inovações cujo objeto são as atitudes, as expectativas e os padrões de comportamento, os valores sociais e a personalidade humana, bem como os meios e os fins da Educação afirmamos que são essenciais, porque essas condições estão na própria base de toda conduta política democrática e do funcionamento das instituições políticas nucleares de uma ordem social democrática. Segundo, concorrer ativamente para que essas condições dinâmicas se reproduzam similarmente, provocando efeitos normalizadores relativamente em forma, nos diferentes tipos de questão de saber se a rede escolar poderia penetrar, de fato, todas as populações brasileiras em suas diversas camadas. Teoricamente isso é possível; praticamente, depende de uma organização adequada de meios e fins na educação nacional. Os problemas mais difíceis estão propriamente nos limites da democratização do ensino. A

convicção de que as oportunidades concedidas às camadas populares pelo ensino primário e profissional são satisfatórias, tanto quanto a presunção de que a relação dos mais capazes não prejudicada pelas barreiras que restringem, economicamente, o acesso a outros graus de ensino médio e superior, são incompatíveis com sua concepção verdadeiramente democrática de Educação. Entretanto, seria possível admitir critérios elásticos e variáveis de fixação desses limites de acordo com o nível de procura do ensino médio e superior por indivíduos pertencentes às camadas populares e, secundariamente, em conformidade com os recursos financeiros do Estado. Nesse caso, a escola brasileira poderia proporcionar uma formação relativamente uniforme na esfera dos ajustamentos sociais na vida política e contribuir, indiretamente para criar liames orgânicos entre o Estado e a Nação.

Enfim, toda a argumentação desenrolada tenta mostrar que um dos fatores que prejudicam o desenvolvimento da democracia no Brasil é a persistência de uma mentalidade política arcaica, inadequada para promover ajustamentos dinâmicos não só a situações que se alteram socialmente, mas que estão em fluxo contínuo no presente. A contribuição que a educação sistemática pode oferecer para alterar semelhante mentalidade exprime, naturalmente, as tarefas políticas que ela pode preencher em uma esfera neutra.

"... A educação sistemática se apresenta, sociologicamente, como um fator suscetível de ser controlado, dentro de certos limites, e que exprime alterações ocorridas ou provocáveis em uma coletividade como um todo" (48).

É a partir destes marcos que se efetiva o envolvimento de Florestan Fernandes na "Campanha de Defesa da Escola Pública" (49), (o qual se dá) seja em termos da produção de análises acerca da questão, seja de sua divulgação em termos de conferências e comícios públicos, seja de contatos políticos com

deputados e senadores nos momentos que antecederam a votação da Lei de Diretrizes e Bases pelo Congresso Nacional⁽⁵⁰⁾.

Este envolvimento prático acaba por determinar importantes efeitos a nível teórico, consubstanciados especificamente na reformulação da Hipótese Principal que busca responder à problemática básica do período em questão.

Se no subperíodo da obra de Florestan correspondente à conjuntura aqui em foco a Hipótese se nucleava na noção Demora Cultural posteriormente vem a nuclear-se na de Dilema Social, demarcando-se, pois, novo subperíodo intelectual desse autor.

Finalmente, cabe ainda ressaltar a vigência da Hipótese da Demora Cultural, até aqui analisada apenas na produção de Florestan Fernandes, também na produção de Cardoso e Ianni, donde a unidade teórica do grupo na referida conjuntura,

A formulação da problemática por Cardoso e Ianni, enfatiza o caráter capitalista da civilização industrial em desenvolvimento no Brasil, se distanciando pois neste aspectos da formulação de Florestan Fernandes na qual este caráter capitalista é subsumido no caráter racional (tecnológica-científico e democrático) desta civilização, sendo que todavia a resposta à problemática básica se dá em termos técnicos idênticos nos três autores.

O texto a seguir transcrito elabora conjuntamente por Cardoso e Ianni como subsídio à Campanha de Defesa da

Escola Pública (52) permite reter a vigência da hipótese em questão.

Discutindo as dificuldades de elaboração de uma política educacional que atenda às necessidades do processo de industrialização de uma sociedade como a brasileira, os autores apresentam a concepção de Brasil que fundamenta a análise desenvolvida.

"... Para usarmos um lugar-comum, nosso País é formado por um arquipélago sócio-cultural composto de ilha cuja base econômica encontra-se em estágios diversos de desenvolvimento, desde o capitalismo industrial e financeiro moderno até a economia de subsistência. Isto significa também que o Brasil, pelas próprias condições de sua formação, tem na demora cultural um dado fundamental constante, que deve ser levado em conta pelos que pretendem equacionar os problemas educacionais do País.

"A diversidade do ritmo de transformação das múltiplas áreas sócio-econômicas do Brasil, e mesmo nessas áreas, que reflete a precariedade da penetração capitalista, cria, por um lado, necessidades econômicas bastante diversificadas, que precisam ser atendidas pelo sistema educacional. Essa situação exige, naturalmente uma organização educacional flexível, quantitativa e qualitativamente.

Por outro lado, a economia industrial entre nós desenvolve-se num País onde a agricultura, de organização capitalista muito precária, ainda é a atividade que utiliza a maior parte da força de trabalho disponível, fornece a maior parte de renda nacional, e, há menos de um século, organizava-se na base do trabalho escravo. A eclosão do processo do desenvolvimento econômico capitalista entre nós significa também, pois, a realização plena do processo de transformação de uma so-

cidade de castas numa sociedade organizada em classes 'abertas'. Mas ainda estamos muito longe deste desiderato, e, até hoje, coexistem na sociedade brasileira, padrões de comportamento e valores que se originaram e têm sentido apenas numa sociedade rigidamente hierarquizada, onde a concepção do mundo das camadas dominantes inspirava-se em valores patrimoniais, com padrões de comportamento e valores que nasceram e têm sentido apenas nas civilizações industriais e urbanas.

Lembremos um fenômeno que ilustra muito bem, e a propósito, o grau em que devem ser levados em conta determinadas sobrevivências de situações histórico-sociais passadas. Referimo-nos ao preconceito contra o trabalho braçal, que nos foi legado diretamente pela sociedade escravocrata. Tão profundo e generalizado se encontra na sociedade brasileira, que Roger Bastide classificou-o como o complexo da mão branca. Não podemos deixar de reconhecer que, ainda hoje, essa é uma das limitações mais sérias à aceitação de um sistema educacional adequado às nossas necessidades: persiste o preconceito contra as profissões não liberais, valorizando-se o bacharelismo retórico do século XIX e a concepção 'racionalista' da ciência, tal como a viam os pensadores do século XVIII.

Entretanto, apesar da heterogeneidade e da 'dêcalage' existente entre as diversas regiões do País e as várias esferas da cultura, a sociedade brasileira está sofrendo presentemente transformações profundas e rápidas em todos os seus níveis. Encontra-se em emergência o que os economistas chamam de economia nacional. Depois de centenas de anos em que a nação esteve organizada para exportar produtos tropicais, na base de uma economia colonial, verificam-se modificações fundamentais, que estão reorganizando a estrutura econômica brasileira em termos de economia capitalista-industrial" (53).

A indicação da problemática básica da produção de Cardoso e de Ianni na conjuntura aqui enfocada assim como da vigência da hipótese da Demora Cultural como resposta à mesma tem

por objetivo assinalar a unidade teórica do grupo de pesquisadores nesta conjuntura, não pretendendo ser um balanço permenorizado da produção daqueles.

É em face desta unidade teórica que se constitui uma atividade demarcadora da emergência de novas preocupações teóricas e práticas enquanto ruptura com os marcos teóricos até aqui delineados.

Esta atividade, se consubstancia na forma de um seminário acerca de O Capital de Marx, cujos resultados se analisarão a seguir.

N O T A S

- (1) FERNANDES, Florestan. Mudanças Sociais no Brasil. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1974, 2^a edição.
- (2) Idem. A Revolução Burguesa no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975, pág. 5.
- (3) Idem. Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1971, 2^a edição.
- (4) Idem. Op. cit., pág. 300.
- (5) Idem. Elementos de Sociologia Teórica. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1974, 2^a edição.
- (6) Idem. Ensaio de Sociologia Geral Aplicada. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1971, 2^a edição.
- (7) Idem. Op. cit.
- (8) Idem. P. cit.
- (9) Idem. Op. cit., pág. 197.
- (10) Idem. Op. cit., pág. 151.
- (11) Esta exigência ocorre também na formulação de Ciência Política por Mannheim. Ver MANNHEIM, Karl. Ideologia e Utopia. Porto Alegre, Editora Globo, 1950.

(12) Os problemas de método ocuparam uma posição privilegiada na produção de Florestan Fernandes no período entre 1953 e 1957, estando os textos produzidos acêrca deste tema recolhidos na coletânea Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica sendo a Parte Terceira "O Método de Interpretação Funcionalista na Sociologia, a principal teorização de Florestan Fernandes, acêrca deste método. Ver Fernandes, Florestan. Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica, São Paulo, Editora Nacional, 1967. 2^a edição.

Ver também "Funcionalismo e Análise Científica na Sociologia Moderna " in Fernandes, Florestan. Elementos de Sociologia Teórica. São Paulo Companhia Editora Nacional 1974.

No texto "Os Problemas de Indução na Sociologia " Florestan Fernandes realiza um balanço das soluções fundamentais dos problemas da Indução na Sociologia, enfocando as contribuições de E. Durkheim, M. Weber e K. Marx. Fernandes, Florestan. Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica, São Paulo, Editora Nacional 1967, 2^a edição.

(13) Idem. Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1971, 2^a edição.

(14) MANNHEIM, Karl. Ideologia e Utopia. Porto Alegre, Editora Globo, 1950, pág. 101.

(15) Idem. Op. cit., pág. 101

(16) Idem. Op. cit., pág. 104.

(17) Idem. Op. cit., pág. 104.

(18) Idem. Op. cit., pág. 104.

(19) Idem. Op. cit., pág. 104.

(20) Idem. Op. cit., pág. 105.

(21) Idem, Op. cit., pág. 105/106.

(22) Idem. Op. cit., pág. 105 (nota nº 3).

(23) Ressalte-se que Mannheim aponta a competição sem controle e a dominação pela força como as duas principais fontes de irracionalismo na estrutura social. Idem. Op. cit., pág. 107.

(24) Idem. Op. cit., pág. 136 e seguintes.

(25) Idem. Op. cit., pág. 142 e seguintes.

(26) Idem. Op. cit., pág. 158 e seguintes.

Ressalte-se que, buscando demonstrar por meio de um exemplo concreto, que o pensamento político-histórico assume formas várias de acordo com as diversas correntes políticas, Mannheim se posiciona criticamente em face dos mais importantes ideais de correntes políticas e sociais dos séculos XIX e XX, quais sejam: o conservantismo burocrático, o historicismo conservador, o pensamento liberal democrático burguês, a concepção socialista comunista e o fascismo.

Na análise desenvolvida, Mannheim atribui um destaque mais a corrente socialista comunista, realizando rigorosa crítica de alguns de seus princípios, visando exatamente incorporá-los à solução da questão da não existência ainda de uma ciência política.

O conceito de ideologia, a questão da relação teoria-prática, a questão do próximo passo, e especialmente a concepção de totalidade estrutural enquanto síntese do econômico, do político e do ideológico, são os pontos analisados por Mannheim como constituindo a contribuição desta corrente cuja singularidade "consiste na combinação de um irracionalismo extremo com um racionalismo também extremo". Este irracionalismo se configura devido ao papel estratégico que a noção do momento revolucionário ocupa na teoria e prática desta corrente, sendo que para Mannheim "revolução significa que em alguma parte há uma antecipação e um intento de provocar uma ruptura na estrutura racionalizada da sociedade" Ver Mannheim, Karl Op. cit., pág. 110 e seguintes.

Esta análise crítica da contribuição da corrente socialista comunista à solução da questão-tema do texto de Mannheim, é retomada por Florestan Fernandes em seu estudo sobre a concepção de ciência política daquele autor, assim como em seus textos acerca da Sociologia Aplicada. Nestes últimos, indicando as diferenças entre a época de Marx e a atual, Florestan privilegia a mudança cultural provocada, racionalmente controlada, em detrimento da estratégia de momento revolucionário. Ver Fernandes, Florestan "A Concepção de Ciência Política em Karl Mannheim" in Elementos de Sociologia Teórica. São Paulo, Companhia Editora Nacional 1974; "A Sociologia Aplicada - seu Campo, Objeto e Principais Problemas" e "A Ciência Aplicada e a Educação como Fatores de Mudança Cultural Provocada" in Ensaaios de Sociologia Geral e Aplicada, São Paulo, Livraria Pioneira Editôra, 1971.

(27) FERNANDES, Florestan. Elementos de Sociologia Teórica. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1974, 2^a edição, pág.228.

- (28) Idem. Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1971, 2^a edição, pag. 147.
- (29) Idem. Op. cit., pag. 160.
- (30) Idem. Op. cit., pag. 180/181.
- (31) Ressalte-se que esta é a hipótese explicativa de Florestan Fernandes em "O Desenvolvimento Histórico Social da Sociologia no Brasil" e do estudo acerca do "Padrão de Trabalho Científico dos Sociólogos Brasileiros". Ver FERNANDES, Florestan. A Sociologia no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1976.
- (32) Idem. Mudanças Sociais no Brasil. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1974, 2^a edição, especialmente capítulos 2 e 3.
- (33) Idem. Op. cit., cap. 3.
- (34) Idem. Op. cit., pag. 97.
- (35) Idem. Op. cit., pag. 101.
- (36) Idem. Op. cit., pag. 95 e seguintes. Uma crítica a este procedimento teórico-metodológico é desenvolvida por Maria Sylvia de Carvalho Franco em seu estudo Homens Livres na Ordem Escravocrata, o qual foi produzido em 1965, como parte do referido programa coletivo de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil. Ver Franco, Maria Sylvia de Carvalho, Homens Livres na Ordem Escravocrata, São Paulo, Editora Atica, Ensaios 3, 1974. Este ponto se evidencia como extremamente importante para a análise da produção de Florestan Fernandes.

(37) Idem. Op. cit., pág. 102.

(38) Idem. Op. cit., pág. 103.

(39) Acerca destes conceitos ver especialmente FERNANDES Florestan. Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada. São Paulo Livraria Pioneira Editora, 1971, 2^a edição, pág. 161 e seguintes.

Ver também o texto "Obstáculos Extra-econômicos a Industrialização", no qual estes conceitos são utilizados para a análise de efeitos disnômicos emergentes neste processo. In Fernandes, Florestan Mudanças Sociais no Brasil São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1974.

(40) Idem. Mudanças Sociais no Brasil. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1974, pág. 104.

(41) Idem. Op. cit., pág. 105.

(42) Idem. Op. cit., pág. 105/106.

(43) Idem. Op. cit., pág. 108.

(44) Idem. Op. cit., pág. 109.

(45) Idem. Op. cit., pág. 110.

(46) Idem. Op. cit., pág. 111.

(47) Idem. Op. cit., pág. 111.

(48) Idem. Op. cit., pág. 115.

- (49) Os textos incluídos na coletânea Educação e Sociedade no Brasil permitem reter as posições acerca da Lei de Diretrizes e Bases. FERNANDES, Florestan. Educação e Sociedade no Brasil. São Paulo, Dominus Editora - Editora USP, 1966.
- (50) Idem. Op. cit.
- (51) Ressalte-se que os pressupostos desta unidade teórica tem na produção de Florestan Fernandes nesta conjuntura a sua expressão mais significativa, donde a ênfase dada a análise desta. Ver página do presente estudo.
- (52) IANNI, Octávio e CARDOSO, Fernando H. "Exigências Educacionais do Processo de Industrialização", in: IANNI, Octávio. Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S/A., 1963.
- (53) Idem. Op. cit., pág. 208/209.

C A P I T U L O I I

CAPITALISMO E ALIENAÇÃO: A CONTROVÉRSIA ACERCA DA
QUESTÃO DO MÉTODO DIALECTICO.

"O estudo dos livros de Marx, particularmente de um trabalho tão complexo como 'O Capital,' tropeça em dificuldades tão grandes que não são superadas a penas pelo esforço e pela persistência. Já seu subtítulo, 'Crítica da Economia Política', nos predispõe a esperar uma grande variedade de assuntos tratados, pois como se sabe, economia não era uma disciplina cujo objeto fosse perfeitamente delimitado, abrangendo portanto os temas mais diversos. Além disso, ao analisar o modo de produção da sociedade capitalista, ficam demarcadas as traves mestras que sustentam esta sociedade, e por conseguinte, as condições de vida e de luta dos homens que a constituem. O livro nos conta, em suma, a 'história' da produção do homem moderno pelo seu próprio trabalho, desde a fabricação das primeiras mercadorias para troca em espécie, até as mais altas criações de seu espírito. Na verdade, tudo aquilo que diz respeito à formação do próprio homem e de sua vida espiritual, é abordado do ponto de vista de suas condições de possibilidades, de sorte que caberia a outros escritos a tarefa de explorar por completo os vários modos de suas manifestações. Mas Marx acreditou ter traçado pelo menos em suas linhas basilares, o esboço da praxis moderna.

Se levarmos em conta o extraordinário florescimento atual das ciências do homem, dificilmente cada pessoa seria capaz de dominar de uma forma crítica todos os terrenos explorados por Marx. Tendo isto em vista é que nos reunimos num grupo heterogêneo, que nos permitisse caminhar com certa segurança no interior dessas ciências, mas que nos custou horas a fio de incitantes discussões a fim de chegarmos a um vocabulário comum. Entretanto agora, depois de mais de um ano de seminários quinzenais, todos sentimos que estamos adotando uma nova maneira de compreender Marx e os problemas de nossa sociedade estudados por esse autor, o que sem dúvida deverá produzir seus frutos"(1).

O texto transcrito acima, introdução do trabalho de

José Arthur Gianotti, "Notas para uma Análise Metodológica de 'O Capital'" (1960), apresenta em linhas gerais o "Seminário acerca de O Capital", objeto principal do presente capítulo. Em nota referenciada ao título do texto, Gianotti agregava que

"O presente trabalho é fruto da leitura feita juntamente com Ruth Corrêa Leite Cardoso, Fernando A. Novais, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Michel Lowy, Octavio Ianni e Paul Singer, tendo sido suas conclusões grandemente influenciadas pelos debates havidos" (2).

Objeto do seminário: O Capital - Crítica da Economia Política, isto é, a análise de Marx acerca do modo de produção capitalista.

O presente capítulo buscará verificar em que consiste a nova maneira de compreender Marx e os problemas de nossa sociedade estudados por esse autor, isto é, verificar, até onde for possível, a partir do material disponível, os "frutos" desse esforço grupal.

Esta verificação buscará estabelecer elementos para a discussão do significado desta atividade teórica desenvolvida enquanto atividade principal da conjuntura aqui enfocada da evolução da "Escola".

Determina-se esta atividade como principal por caber a ela a iniciativa crucial na conjuntura em questão, em termos de "ir além", de romper radicalmente com os marcos teóricos vigentes na conjuntura anterior.

A produção de Florestan Fernandes ocupa posição se-

cundariamente conjuntura, realizando-se ainda, dentro destes marcos teóricos.

Se o trabalho teórico comum do Seminário é buscar "compreender Marx e os problemas de nossa sociedade estudados por este autor", é no interior mesmo desta compreensão que se firmam duas posições. Uma de posicionamento sartreano-jovem marxista (Cardoso especialmente) (3), cuja versão da problemática teórica da obra de Marx fundamenta-se na questão da "luta do homem contra a alienação" (4).

Outra (a de Gianotti), para a qual esta questão é a problemática da obra de Marx Jovem, não tendo possibilidade alguma de servir de substrato para uma Dialética Materialista. Esta deve ser buscada em Marx de O Capital, como e enquanto uma "Dialética do Trabalho", e mais particularmente, uma Dialética de Trabalho de e em dado período econômico-social, no caso capitalista.

Ora, aqui se configura a versão de Gianotti acerca desta Dialética. A mesma é concebida como constitutiva da estrutura intencional fundante do sistema sócio-econômico considerado, tendo por característica básica a ser estudada, enquanto tarefa principal do marxismo, a reificação.

Esta reificação a nível da estrutura intencional fundante vem a servir de referencial para o movimento analítico de redução das demais intencionalidades reificadas que se constituem nos outros níveis do social, a eles explicando.

Se considerados o movimento analítico de redução e os termos estrutura intencional e reificação, tem-se o que parece ser uma síntese original entre uma metodologia de origem fenomenológica husserliana e uma tarefa lukacsiana na e para a análise de

O Capital, assim como na e para a tomada de posição acerca da Dia
lética Materialista contida neste, e acerca da tarefa do marxismo
(5).

Se estas são as problemáticas básicas de cada posi
ção, resta salientar que existe uma ampla gama de posições metodo
lógicas comuns a respeito de temas específicos, tais como: a passa
gem do abstrato ao concreto, gênese histórica e gênese lógica das
categorias.

O mesmo ocorre a nível da crítica econômico-política
do capitalismo, isto é, das categorias básicas para a análise do
modo de produção capitalista (mercadoria, valor-de-uso, valor-de-
troca, valor e trabalho abstrato, mais-valia, acumulação, etc.)
(6).

Ressalte-se que, todavia, estas posições comuns se
inscrevem em contextos de problemáticas diferentes, adquirindo por
tanto, no limite, significados distintos, aqui se configurando exa
tamente a originalidade de cada uma das posições, a qual a análise,
a seguir desenvolvida, busca reter.

NOTAS

- (1) GIANOTTI, José, Arthur. "Notas para uma análise metodológica de 'O Capital'", Revista Brasiliense nº 29, São Paulo, Maio-Junho 1960. pp. 60-61.
- (2) Ressalte-se que Florestan Fernandes não participou das atividades deste grupo de estudo. Ver "Em busca de uma Sociologia crítica e militante" em A Sociologia do Brasil, Petropolis. Editora Vozes, 1976. pp. 191-192.
- (3) Recorde-se que esta posição também foi assumida por Otavio Ianni, ver Introdução nota 26. Optou-se, como estratégia de análise, enfocar tão somente a obra de Cardoso Capitalismo e Escravidão por expressar a mesma de modo mais significativo os pressupostos jovem marxista-sartreanos da ruptura com a formulação teórica originária do grupo inicial de pesquisadores da Escola da USP.
- (4) CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962. p. 26. Destaque-se que se trata de um posicionamento sartreano determinado, tendo por referência Sartre de A Questão de Método.
- (5) Em entrevista informal recente, Giannotti apontou papel básico das proposições fenomenológicas husserlianas de indagação acerca das estruturas intencionais, e de redução, no texto aqui focado. Lamentavelmente, por não poder dispor de textos anteriores

de Gianotti, não publicados, ressen-te-se a presente análise da ausência de elementos acerca da evolução teórica anterior deste autor.

- (6) Esta posição comum acerca dos temas metodológicos mencionados e de conceitos da Economia Política marxista se evidencia nos mencionados textos de Cardoso e Gianotti. Ver especialmente CARDOSO, Fernando Henrique, Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional, op. cit. pp. 13 e seguintes, a GIANOTTI, José Arthur, "Notas para uma análise metodológica de O Capital", op. cit., pp. 63 e seguintes e pp. 70 e seguintes.

Praxis de Alienação

Fernando Henrique Cardoso, na Introdução a Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional (1), busca estabelecer o tema e o método de interpretação do estudo em questão.

"O tema deste trabalho refere-se aos processos de constituição e desagregação da sociedade escravocrata rio-grandense, vistos a partir da situação social que o negro nela assumia. Procura-se analisar a formação de um tipo determinado de sociedade e verificar os efeitos exercidos por seus padrões estruturais sobre o comportamento dos agentes sociais que ocupam as posições polares do sistema: senhores e escravos. Simultaneamente, considerando-se os padrões estruturais que constituem esse tipo de sociedade, bem como sua dinâmica, como resultante de um conjunto de ações e relações humanas desenvolvidas em condições histórico-sociais concretas. Em termos sucintos: o livro visa a analisar a totalidade social concreta que resultou a integração entre senhores e escravos na sociedade gaucha.

Contudo, o tema da investigação e os problemas selecionados para discussão não se esclarecem simplesmente pelo enunciado. É necessário mencionar que o trabalho é uma tentativa de utilização da interpretação dialética na sociologia. O método escolhido para a interpretação possui, como todos os métodos, implicações sobre o tipo de problemas selecionados para a análise, bem como sobre a forma de sua explicação e apresentação na monografia. Por esses motivos convém discutir as implicações metodológicas mais gerais do emprego da interpretação dialética na sociologia, para depois expor, esclarecidos em função da perspectiva de análise adotada, os temas e a problemática da tese" (2).

A parte metodológica geral enfoca de modo privilegiado a noção de totalidade social concreta, nos marcos estabelecidos acima, buscando estabelecer as diferenças entre esta noção dialética

e as noções de todo estruturalista e funcionalista, incluindo as revisadas por Merton e Florestan Fernandes, que buscam superar o corte radical entre sincronia-diacronia (3).

As críticas de Cardoso ao funcionalismo e ao estruturalismo se dão sentido da impossibilidade destes reterem o "essencial": enquanto este tende ao formalismo, aquele tende ao empirismo (4). Daí a impossibilidade de ambos solucionarem corretamente a questão das relações entre estrutura-ação-mudanças sociais. Para a solução desta questão é que Cardoso propõe a noção de praxis na formulação sartreana.

Cabe ressaltar desde já que se trata aqui de um momento estratégico de evolução da Escola, por demarcar a ruptura com a formulação originária da Escola, a qual era dominante (principal) na conjuntura anterior.

Buscar-se-á apreender o modo como esta ruptura se deu, assim como as implicações teóricas e práticas da mesma.

O que é totalidade social concreta? O que é o essencial? O que é a praxis?

Estas questões orientarão a análise a ser desenvolvida acerca da posição de Cardoso na controvérsia metodológica em questão.

O texto de Cardoso se caracteriza claramente por uma posição sartreana. Esta posição se manifesta seja ao nível da problemática básica, aspecto já apontado o qual cabe aprofundar, seja a nível metodológico, sendo que esta tomada de posição sartreana

tem por referencial um Sartre determinado, o Sartre de A Questão do Método (1957) (5) o qual retoma a problemática jovem marxista da alienação.

Retenha-se que, conforme já apontado, e conforme se analisará posteriormente, se trata de uma tomada de posição sartreana em síntese com princípios da Economia Política de "O Capital" (6), síntese esta que determina justamente a originalidade da produção de Cardoso na conjuntura em questão.

A posição sartreana — jovem marxista a nível da problemática, se verifica na apresentação do tema e da estrutura do trabalho, quando se tem a demarcação de dois momentos estratégicos.

Um momento inicial (Capítulo I: "O escravo na formação do Rio Grande do Sul"), em que se parte

"... do que é dado imediatamente como realidade: a mão-de-obra escrava como base da economia exportadora do Rio Grande do Sul. Neste capítulo (...), a problemática real da tese aparece sob forma transfigurada. Expõe-se a participação do escravo no sistema de produção, encarando-se este tema como algo constituído, e aquela como uma peça da engrenagem econômica, quando o tema que se procura desenvolver no livro é o processo de constituição de uma totalidade histórica que implicou na dupla alienação de senhores e escravos. O ponto de partida do trabalho é, portanto, na verdade, o momento final de um processo histórico" (7).

O outro momento estratégico é o próprio ponto de chegada,

"No quinto capítulo e no capítulo final a exposição

se desenvolve de forma a lidar com os vários níveis da totalidade concreta: analisam-se, simultaneamente, as condições de ação (estruturais e organizatórias), a consciência real e possível da situação social, e a ação como praxis. Vêem-se, a um tempo, os efeitos sobre o comportamento do negro livre exercidos pela escravidão e pelas representações dos brancos sobre os escravos (a socialização parcial dos escravos, as expectativas assimétricas nas relações entre brancos e negros, etc.: resultando na anomia e na desmoralização do grupo negro) e as possibilidades abertas pela consciência possível e efetiva deste estado de coisas e pela ação do negro para a transformação da situação histórico-social. Paralelamente, os problemas discutidos deixam de ser relativos às condições gerais da praxis dos negros para circunscreverem-se à temática da transformação dessas condições pela praxis do homem negro. Chega-se assim ao termo, tendo partido da análise do escravo como mercadoria com a análise do negro enquanto homem, evidenciando-se com isso o propósito mais geral do presente trabalho, que é o de estudar um momento da história da luta do homem contra a alienação" (8).

Ponto de partida: problemática real transfigurada - a dupla alienação, do senhor e do escravo, Ponto de chegada: problemática real - um momento da história da luta do homem contra a alienação (9).

Ora, o ponto de chegada pretende-se totalidade social concreta. Resta saber se a problemática real enunciada possibilita uma Dialética Materialista.

Será em torno da análise desta possibilidade ou não que se estabelecerá, posteriormente, o confronto entre os textos de Cardoso e os de Gianotti.

Cabe, por ora, indicar como a problemática em questão está formulada em "Questão de Método" de Sartre:

"...o homem faz a História, isto quer dizer que ele se objetiva nela e nela se aliena; neste sentido a História, que é a obra própria de toda a atividade de todos os homens, aparece-lhes como uma força estranha na medida exata em que eles não reconhecem o sentido de sua empresa (mesmo localmente eficaz) no sentido resultado total a objetivo" (10).

Atente-se que a "alienação" é entendida como "não reconhecimento do sentido de sua empresa", isto é, como estado de consciência. Esta significação da alienação, que se processa a nível da problemática, vem a ter sérias implicações teórico-metodológicas e práticas a serem explicitadas posteriormente.

Se o texto acima explicita a problemática básica de Sartre em termos abstratos, é possível reter sua formulação em termos históricos, isto é, em referência a dado período histórico, no trecho a seguir transcrito. Simultaneamente, emergem a concepção sartreana da História, enquanto totalização possível, assim como o significado histórico do marxismo e o papel do intelectual revolucionário.

Estes pontos nos permitirão compor o quadro para a análise do modo como Sartre concebe no texto enfocado o significado do existencialismo enquanto complemento necessário ao marxismo.

"O marxismo no Século XIX é uma tentativa gigantesca não somente de fazer a História mas de apoderar-se dela, prática e teoricamente, unificando o movimento operário e iluminando a ação do proletariado pelo conhecimento do processo capitalista e da realidade objetiva dos trabalhadores. No termo deste esforço e pela unificação dos exploradores e pela redução progressiva do número de classes em luta, a História deve ter, enfim, um sentido para o homem. Tomando consciência de si mesmo, o proletariado torna-se

sujeito da História, isto é, deve reconhecer-se nela.

Mesmo no combate cotidiano, a classe operária deve obter resultados de conformidade com o objetivo visado e cujas consequências, pelo menos, não se voltarão contra ela" (11).

Sartre prossegue delineando sua concepção de "momento presente", isto é, formulando a hipótese principal que explica:

"Não chegamos até ai: há proletariados. Simplesmente porque há grupos de produção nacionais que se desenvolveram diferentemente. Não reconhecer a solidariedade destes proletariados seria tão absurdo quanto subestimar sua separação. É verdade que as divisões brutais e suas consequências teóricas (apodrecimento da ideologia burguesa, interrupção provisória do marxismo) obrigou a nossa época a se fazer sem se conhecer, mas, de outro lado, ainda que soframos mais do que nunca suas pressões, não é verdade que a História nos apareça totalmente como uma força estranha. Ela se faz cada dia por nossas mãos diferente do que acreditamos fazê-la e, por um imprevisto movimento de retorno, nos faz diversos daquilo que acreditamos ser ou tornar-nos; e, entretanto, ela é menos opaca do que foi: o proletariado descobriu e revelou 'seu segredo'; o movimento do capital é consciente de si mesmo, ao mesmo tempo pelo conhecimento que os capitalistas dele tomam e pelo estudo que dele fazem os teóricos do movimento operário. Para cada um a multiplicidade dos grupos, suas contradições e suas separações aparecem situadas no interior de unificações mais profundas. A guerra civil, a guerra colonial e a guerra estrangeira manifesta-se a todos, sob a cobertura ordinária das mitologias, como formas diferentes e complementares de uma mesma luta de classe. É verdade que a maioria dos países socialistas não se conhecem a si mesmos. Entretanto a desestalinização - como o mostra o exemplo polonês - é também um processo de tomada de consciência. Assim, a pluralidade dos sentidos da História pode ser descoberta a ser posta para si apenas sobre o fundo de uma

totalização futura, em função desta e em contradição com ela. Nosso ofício teórico e prático é o de tornar esta totalização cada dia mais próxima. Tudo está ainda obscuro e, entretanto, tudo está em plena luz temos para nos ater aos aspectos teóricos - os instrumentos, podemos estabelecer o método: nossa tarefa histórica, no seio deste mundo polivalente, é a de aproximar o momento em que a História só terá um sentido e em que ela tenderá a se dissolver nos homens concretos que a farão em comum" (12).

O texto permite verificar que o problema que o proletariado enfrenta no presente é a pluralidade atual de sentidos da História em contradição com o possível sentido único, contradição para cuja resolução o ofício teórico e prático do intelectual revolucionário pode e deve contribuir. Donde a questão de método em quanto totalização se colocar como a questão crucial.

Atinge-se aqui, portanto, o segundo nível analítico a questão de método proposto para a verificação das relações entre o texto da Sartre e o de Cardoso, presentemente enfocados.

Ao mesmo tempo, abrangendo ambos os níveis (problemático e metodológico), configurou-se a crítica à "interrupção provisória do marxismo" decorrente da dominância do stalinismo no seu âmbito. É para a superação desta "interrupção" que o existencialismo se apresenta como ideológico-teórica e metodologicamente complementar ao marxismo, ao tomar a "dimensão humana" enquanto projeto existencial. Esta noção de projeto existencial é constitutiva da problemática básica do estudo de Cardoso, cabendo pois reter sua constituição no texto de Sartre, antes de passarmos para a análise do método de totalização proposto por este autor, o qual é retomado por Cardoso no estudo focado.

"Assim, a autonomia das pesquisas existenciais

resulta necessariamente da negatividade dos marxistas (e não do marxismo). Enquanto a doutrina não reconhecer a sua anemia (13), enquanto fundar seu Saber sobre uma metafísica dogmática (dialética da Natureza) (14) em lugar de apoiá-la na compreensão do homem vivo, enquanto rejeitar sob o nome de irracionalismo as ideologias que - como o fez Marx - querem separar o ser do Saber e fundar, em antropologia, o conhecimento do homem sobre a existência humana, o existencialismo prosseguirá suas pesquisas. Isto significa que ele tentará esclarecer os dados do Saber marxista com os conhecimentos indiretos (isto é, como o vimos, com palavras que denotam regressivamente estruturas existenciais) e engendrar no quadro do marxismo um verdadeiro conhecimento compreensivo que reencontrará o homem no mundo social e o seguirá em sua praxis ou, se se preferir, no projeto que o lança em direção dos possíveis sociais a partir de sua situação definida. Ele aparecerá, pois, como um fragmento do sistema, caído fora do Saber" (15).

Após esta pequena digressão cabe aprofundar a Questão de Método (segundo o nível analítico proposto), o qual busca exatamente indagar a possibilidade de se solucionar a problemática do projeto existencial, o qual consiste nas tentativas de superação de dada situação de carência. Sartre diz:

"Para nós, o homem caracteriza-se antes de tudo pela superação de sua situação, pelo que ele chega a fazer daquilo que se fez dele, mesmo que ele não se reconheça jamais em sua objetivação. Esta superação, encontramos-na na raiz do humano e de início na carência. Com isso definimos uma dupla relação simultânea; em relação ao dado, a praxis é negatividade: mas trata-se sempre de negação de uma negação; em relação ao objeto visado, ele é positividade: mas esta positividade desemboca sobre o 'não existente', sobre o que ainda não foi" (16).

A totalização através do método progressivo-regressivo se coloca como o princípio teórico-metodológico para o estudo

do homem como projeto existencial. Ou seja, trata-se de reter a si tuação em que, dada a carência, constitui-se o projeto como elei ção entre possíveis negadores da mesma, enquanto instauração de no va situação.

O método de totalização não é outra coisa senão re ter, "descobrir (...) a unidade pluridimensional do ato" (17), is to é, da praxis, conforme se verifica nos textos a seguir, os quais servem de base a concepção do Método Dialético de Cardoso.

"A praxis, com efeito, é uma passagem do objetivo ao objetivo pela interiorização, o projeto, como su peração subjetiva da objetividade em direção a obje tividade, tenso entre as condições objetivas do meio e as estruturas objetivas do campo dos possíveis, re presenta em si mesmo a unidade em movimento da subje tividade e da objetividade, estas determinações car deais da atividade. O subjetivo aparece, então, como um momento necessário do processo objeto. Para se tornarem condições reais da praxis as condições ma teriais que governam as relações humanas devem ser vividas na particularidade das relações particula res" (18).

"Apenas o projeto, como mediação entre dois momen tos de objetividade, pode dar conta da História, is to é, da criatividade humana" (19).

Ora, buscou-se até aqui apontar a influência sartrea na seja a nível da problemática básica, seja a nível metodológico no texto de Cardoso. Além disso, referiu-se à existência de uma o riginalidade, de um ir além de Sartre, na interpretação da Dialéti ca proposta por Cardoso, a qual se delineia na solução da própria questão do "concreto", da determinação das determinações essen ciais, ou, em outros termos, na passagem do abstrato ao concreto.

Se a problemática geral de inspiração sartreana e,

portanto, jovem marxista, é a "luta do homem contra a alienação" , ao buscar "reconstruir as totalidades sociais neste trabalho como totalidades singulares" isto é, ao buscar realizar a passagem do abstrato ao concreto (20), Cardoso recorre à proposições teóricas marxistas da maturidade.

Os textos a seguir transcritos permitem verificar a concepção de Cardoso acerca da passagem do abstrato ao concreto , este definido como a "síntese de muitas determinações, unidade do diverso" (21).

Cabe deixar desde já apontado o caráter central, nestes textos, da categoria teórica mais-valia, a qual permite "desvendar as relações essenciais" (22), do "sistema capitalista", demarcando-se uma profunda distância em relação a versão sartreana da Dialética a qual tem como fundamento da noção de carência. Daí a originalidade da posição de Cardoso acerca do método dialético.

Posteriormente buscar-se-á verificar como a categoria mais-valia opera na explicação do sistema escravocrata riograndense, isto é, no interior da reflexão feita por Cardoso acerca da problemática histórica. Ou seja, como esta categoria, no limite, opera no contexto da problemática da luta do homem contra a alienação.

"O ponto de partida imediato, o real, transfigura-se na análise dialética, numa série de mediações pelas quais as determinações imediatas e simples (e por isso mesmo parciais, abstratas) alcançam inteligibilidade, ao circunscreverem-se em constelações globais (concretas). Por isso o concreto foi definido em conhecida frase de Marx como 'a síntese de muitas determinações, a unidade do diverso'. Mas a operação intelectual pela qual se obtém 'a totalidade

concreta' implica em que o movimento da razão e o movimento da realidade sejam vistos através de relações recíprocas, e determinados em sua conexão total. Por isso, a interpretação totalizadora na dialética fez-se através da elaboração de categorias capazes de reter, ao mesmo tempo, as contradições do real em termos dos fatores histórico-sociais efetivos de sua produção (e, neste sentido, categorias 'saturadas historicamente, empíricas) e de categorias não definidas empiricamente, capazes de desvendar as relações essenciais que aparecem de imediato, como afirmava Marx, 'mistificadas'" (23).

"(Estes) dois planos da totalidade concreta não são concebidos teoricamente como se um fosse a consequência irreversível ou mecânica do outro, nem, muito menos, como se os processos sociais tal qual os agentes sociais os representam se constituísse como meros 'invólucros' sem eficácia sobre as condições que determinam verdadeiramente o processo social. Ao contrário, as relações entre os dois planos são dialéticas, e, na construção das totalidades sociais, é necessário elucidar as conexões recíprocas que os mantêm como uma unidade entre pólos opostos, diversos, mas integrados.

Esse procedimento metodológico explicita-se na análise da sociedade capitalista em 'O Capital'. Por um lado, há um movimento da razão para a determinação das relações essenciais e a revelação consequente da forma imediata que essas relações assumem na realidade: determina-se a mais-valia como conceito básico do sistema capitalista e ipso facto desvenda-se sua aparência empírica sob a forma de lucro, o mesmo sucedendo no que diz respeito a taxa de mais-valia e a taxa de lucro" (24).

Ou seja:

"A mais-valia não se inscreve como um dado da realidade empírica, como o lucro. Entretanto, só a partir daquele conceito é possível entender o sistema capitalista como totalidade concreta: como um movimento de determinações essenciais (classe capitalista

e classe proletária produzindo mais-valia em condições determinadas de organização das forças produtivas) que se objetivam sob formas que ao mesmo tempo as negam e exprimem (o lucro, o mercado, a circulação e distribuição de mercadorias, etc.).

Por outro lado, o real fenomênico não possui a significação de uma construção do espírito destituída de conteúdo, sentido e eficácia. Ao contrário, e ele é um modo de ser determinado que exprime um dos níveis da totalidade concreta e mantém relações dialéticas com as relações essenciais que não se objetivam empiricamente. Por isso, a concorrência e as leis do mercado no sistema capitalista não são analisadas como simples formas mistificadas de existir e de ter consciência da vida capitalista. Mas como formas reais, que surgem num dos níveis do movimento do capital considerado como um processo total" (25).

A referida posição central ocupada pela categoria mais-valia, na análise da sociedade escravocrata rio-grandense realizada por Cardoso, pode ser retida nos textos que seguem abaixo. ainda que em rápidos traços, sendo ao mesmo tempo, possível apreender o movimento de análise de Cardoso.

"No capítulo quarto ('Estrutura Econômica e Política da Sociedade Escravocrata'), por fim, o sentido da escravidão na sociedade gaúcha define-se em sua totalidade. A praxis escravocrata que aparecia nos dois primeiros capítulos como um conjunto de ações operando num sistema composto por padrões já constituídos de comportamento, e no terceiro capítulo começou a delinear-se como relações de tensão entre seres humanos, é vista em função de uma situação histórico-social determinada de produção da existência. A sociedade escravocrata gaúcha constituiu-se como uma tentativa para organizar a produção mercantil capitalista numa área onde havia escassez de mão-de-obra. Desde o início, contudo, o sistema assim constituído trazia em seu bojo um conjunto de contradições que definiam o travejamento básico de suas possibilidades de existência. A escravidão fora o recurso escolhido para organizar a produção em grande

escala visando o mercado e o lucro (formação do sistema capitalista), mas o desenvolvimento pleno do capitalismo (a exploração da mais-valia relativa) e ra, em si mesmo, incompatível com a utilização da mão-de-obra escrava através da qual não é possível organizar técnica e socialmente a produção para obter a intensificação da exploração da mais-valia relativa. Essas contradições se aguçaram e evidenciaram desde o momento em que a produção escravocrata gaúcha entrou em relações de competição com a produção assalariada platina, que acelerou sua desagregação. A partir desse momento torna-se possível descrever e explicar a sociedade escravocrata gaúcha na sua diversidade e unidade, como sistema e como praxis objetivada. A ação social, em sua singularidade e criatividade, passa a ser compreensível porque se explicitaram as condições gerais de possibilidade da ação, e as condições gerais (o sistema escravocrata de produção e a sociedade escravocrata), por sua vez, podem ser teoricamente analisadas como resultantes de tensões, contradições e opções humanas concretas, historicamente situadas. O jogo dialético do particular e do geral (mediatizado pelo movimento da razão que determinou as categorias essenciais de sistema capitalista e escravidão) permite a compreensão da totalidade como concreto. Por isso neste e nos dois capítulos subsequentes, a análise passa do nível da discussão das condições funcionais e estruturais de manutenção do sistema escravocrata para a análise da atividade social concreta, vista a um tempo, como resultado social e como procedimento de invenção da História.

Com efeito, a partir do quarto capítulo, e, principalmente no quinto ('A desagregação da ordem escravocrata') e no sexto ('O negro na sociedade de classes em formação'), o andamento da exposição de altura: a História é vista en se faisant. A problemática se enriquece graças a discussão das questões relativas à 'consciência da situação', que se torna indispensável para explicar, já agora sem o risco de ser mera análise mistificadora, as condições particulares pelas quais a situação social se apresenta historicamente aos agentes sociais e para determinar as linhas de alternativas possíveis que se abriam para a ação, entendida como praxis. (...) No quinto capítulo

e no capítulo final a exposição se desenvolve de forma a lidar com os vários níveis de totalidade concreta: analisa-se, simultaneamente, as condições da ação (estruturais e organizatórias), a consciência real e possível da situação social e a ação como práxis" (26).

Finalmente, o texto a seguir transcrito retém uma séria dificuldade inerente à análise, desenvolvida por Cardoso, acerca da escravidão no Rio Grande do Sul e da sua dissolução. Esta dificuldade se manifesta ao se considerar a problemática básica um momento de história da luta do homem contra a alienação e quem realizou esta luta os grupos interessados na expansão do capitalismo.

Os textos permitem verificar que a categoria Homem-ente-espécie não está presente na análise sendo prescindível, já que a luta contra a escravidão não é realizada enquanto um projeto universal tendo o Homem por sujeito, senão como projeto particular, tendo os referidos grupos por sujeito.

Ao mesmo tempo, o texto transcrito retém a concepção da contradição fundamental da ordem social capitalista que veio a se constituir, assim como da possibilidade de sua superação pela ação do proletariado, concepção esta que, ainda que formulada em termos extremamente abstrados, se significa como concepção do Brasil contemporâneo.

"...tanto por causa da eficácia dos mecanismos de manutenção da ordem, quanto, principalmente, por causa da situação peculiar do escravo no regime escravocrata mercantil-capitalista, a dialética entre senhores e escravos não exprimia o movimento determinante do processo social, e a reação do escravo estava fadada a manifestar-se como revolta e não como ação capaz de reconstituir, na base dos próprios interesses,

a ordem social. As relações essenciais que marcaram o curso dos acontecimentos partiram da contradição entre a necessidade de intensificar a produção de mais-valia relativa imposta pelo sistema capitalista de produção e a inviabilidade desse processo numa sociedade cuja produção baseava-se no trabalho escravo.

Assim, da mesma forma que o regime capitalista os operários constituem o verdadeiro limite, no regime escravocrata-'capitalista', o escravo constitui o limite do sistema. Mas, enquanto no primeiro caso a contradição entre o operário e a ordem capitalista pode resolver-se dialeticamente, no segundo caso a contradição não pode ser superada pela ação do escravo. Ao contrário, o sentido da desagregação da ordem social é dado pelos grupos que historicamente são capazes de superar a contradição dominante entre a expansão do capitalismo e a barreira que a ela impõe a escravidão. Suprimir o escravo conservando o operário foi a expressão consciente do movimento de desintegração da ordem escravocrata em benefício dos grupos empeñados na generalização, no país, no trabalho assaláriado" (27).

Ou seja:

"Trata-se, por assim dizer, de uma mutação dentro da alienação, um momento de mediação entre a pura condição de passividade (ser-objeto) e a negatividade capaz de conduzir à superação dialética" (28).

Se ao realizar a análise histórica Cardoso prescinde da categoria Homem-ente-espécie, operando com categorias sociais determinadas, nem por isto esta categoria deixa de desempenhar um papel estratégico a nível teórico-metodológico, como princípio de crítica ao formalismo da corrente estruturalista e principalmente, ao empirismo da corrente funcionalista em sociologia, conforme já assinalado. Ora, será justamente a legitimidade do recurso a esta categoria que será objeto da crítica de Giannotti, conforme a se seguir analisada.

NOTAS

- (1) CARDOSO, Fernando Henrique Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962.
- (2) Idem. Op. cit., pág. 9.
- (3) Idem. Op. cit., pág. 27.
- (4) Idem. Op. cit., pág. 14. A concepção de Cardoso da noção de "essencial" será analisada posteriormente.
- (5) SARTRE, Jean-Paul. Questão de Método. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967, 2ª edição.
- (6) Este ponto virá a ser explicitado posteriormente.
- (7) CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. Op. cit., pág. 22.
- (8) Idem. Op. cit., pág. 25.
- (9) Idem. Op. cit., pág. 26.
- (10) SARTRE, Jean-Paul. Questão de Método. Op. cit., pág. 75.
- (11) Idem. Op. cit., pág. 75.
- (12) Idem. Op. cit., págs. 75-76.

- (13) Anemia esta que se significa como a interrupção do marxismo devido ao stalinismo.
- (14) A crítica à dialética da Natureza constitui ponto essencial da Questão de Método sartriana. Ver a respeito GERD, Borheim, Sartre. São Paulo, Editora Perspectiva, 1971. pág. 235 e seguintes.
- (15) SARTRE, Jean-Paul. Questão de Método. Op. cit., págs. 145-146. Ressalte-se que as tentativas de muitos marxistas de transformar o processo de conhecimento em mera procura de fatos e situações empíricas capazes de provar a verdade contida nos esquemas abstratos de determinações gerais, em nome dos princípios da interpretação dialética e sociologia enquanto atitude totalizadora e universalizante, é também alvo de críticas de Cardoso. Ver Cardoso, Fernando Henrique. Op. cit. págs. 30 e 31.
- (16) Idem. Op. cit., pág. 78.
- (17) Idem. Op. cit., pág. 92.
- (18) Idem. Op. cit., pág. 81.
- (19) Idem. Op. cit., págs. 82-83.
- (20) CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. Op. cit., pág. 13.
- (21) Idem. Op. cit., pág. 14.

- (22) São estas "relações essenciais" Indagadas na mais-valia, que o estruturalismo e o funcionalismo não são capazes, de apreender. Daí a crítica de Cardoso a estas correntes intelectuais.
- (23) CARDOSO, Fernando Henrique. Op. cit., pág. 14.
- (24) Idem. Op. cit., pág. 18.
- (25) Idem. Op. cit., pág. 25.
- (26) Idem. Op. cit., págs. 24-25.
- (27) Idem. Op. cit., págs. 314-315.
- (28) Idem. Op. cit., pág. 277.

A Dialética do Trabalho e a Reificação

No prefácio à Edição Francesa da Origem da Dialética do Trabalho, Gianotti indica o sentido do estudo:

"... É preciso ter em conta as condições em que foi escrito este livro. Antes do Golpe de Estado Militar de 1964, em um ambiente de grande efervescência política, se havia popularizado no Brasil uma interpretação ética do marxismo: a esquerda cristã se unia aos leitores de Sartre para fazer o marxismo um pensamento escatológico. Ainda que publicando um trabalho acadêmico, acreditamos poder combater esta interpretação propondo a obra da maturidade como a verdade da obra da juventude. Daí vem a importância dada à crítica dos Manuscritos de 44, que se havia convertido no livro de cabeceira da juventude politizada do País" (1).

Nestes termos cabe ressaltar que o estudo "Origem da Dialética do Trabalho" (1966) não foi previamente escrito como crítica imediata ao texto de Cardoso em particular. A temática, a problemática, os objetivos e as conclusões do mesmo permitem porer a contraposição aqui proposta.

Gianotti, conforme já apontado, representa uma outra posição acerca da questão da dialética. Mais precisamente, considerando-se tão somente Marx (2), autor em questão nos trabalhos do "Seminário", Gianotti pergunta qual das dialéticas de Marx: a do Jovem Marx, encontrável especialmente, nos "Manuscritos" ou a da maturidade, isto é, a dialética de O Capital?

É no sentido de estabelecer o significado da ruptura radical entre estas, de mostrar a impossibilidade de aquela se apresentar como dialética materialista, impossibilidade radicada

na sua própria problemática fundante, que o esforço de Gianotti se dá (3). Em que consiste esta problemática que impossibilita o materialismo na obra do Jovem Marx? Qual, por outro lado, a problemática de "O Capital"?

Já se deixou apontado que a problemática da obra da juventude de Marx, conforme Gianotti, é a do processo de alienação do homem (de sua essência genérica) na História, e das possibilidades de sua desalienação. Os textos a seguir transcritos permitem aprender esta colocação de Gianotti.

Discutindo a questão da "Economia Política enquanto Ciência da Sociedade Civil" (4), Gianotti escreve:

..."impressionou profundamente o pensamento do século XIX a descoberta, feita no século anterior, de uma economia política científica. A atividade humana revela-se subordinada a leis muito próximas das leis naturais, e, o que não deixa de admirar, o determinismo social se constitui paradoxalmente a partir da ação de indivíduos acreditando aqui em plena liberdade. E da prática egoísta de cada um que se forma a sociedade onde cada indivíduo só é para si quando for para outrem instrumento de satisfação de suas necessidades. A determinação nasce do esforço de liberdade, o egoísmo subjetivo revela-se motor da riqueza social objetiva ocorrendo pois entre o subjetivo visado e o objetivo produzido a mais completa inversão. Esse estranho relacionamento não podia deixar de interessar cientistas e filósofos. Encontramos, com efeito, durante todo o século, a preocupação crescente com essa esfera do comportamento humano. Aliás, a noção hegeliana de sociedade civil nasce da reflexão sobre ela (5). No entanto, em vez de seguir os passos dos autores ingleses que, enveredando pelo caminho do atomismo sociológico, constituíam a organização econômica a partir do comportamento individual tomado como elemento, Hegel inscreve a guerra de uns contra todos no interior de uma universalidade primeira, de acordo com o preceito dialético de antepor um conceito

ã dispersão do particular. 'A pessoa concreta, fim particular, totalidade de carecimentos e mistura de necessidade natural e livre arbítrio, é o primeiro princípio da sociedade civil. Mas a pessoa particular reporta-se necessariamente a outra particularidade de equivalente de modo a fazer-se valer e a satisfazer-se por intermédio de outrem e, ao mesmo tempo, a mediar-se pura, simples e unicamente pela forma universalidade, o que é o outro princípio' (6).

Segundo a mesma orientação, Marx tenta enquadrar a luta dos indivíduos na sociabilidade natural de Feuerbach. Para isso faz da sociedade civil a negação da essência genérica do homem e da economia política e crítica dessa sociedade" (7).

Gianotti aponta que é exatamente esta identificação da sociedade civil com a negação da essência genérica do homem que serve de fundamento ao projeto crítico da obra do Jovem Marx, seja enquanto crítica teórica, seja enquanto projeto de crítica prático-política.

Os textos a seguir transcritos permitem reter estes efeitos do fundamento em questão.

Ressalte-se que esta identificação tem por pressuposto uma dada noção da História como totalidade dialética, a qual se explicitará na análise a seguir desenvolvida.

"...(Enquanto crítica teórica) Essa última identificação trará a Marx uma série de vantagens que só aos poucos vão se manifestar. Como a noção hegeliana possui uma historicidade basilar que os economistas não reconheciam ao domínio circunscrito pela economia política, a reação do conceito filosófico contra as noções econômicas que lhe deram origem redundará na crítica da realidade econômica tomada como absoluto e, por conseguinte, numa desmistificação da produção burguesa. No entanto, antes mesmo de chegar

a esse resultado, já o simples fato de inserir a sociedade civil na história confere a Marx a possibilidade de pensar a produção como um processo histórico, o que era negado pelos economistas que pretendiam assentar as formas históricas da circulação de mercadorias num sistema produtivo válido para todas as épocas.

Compreendemos o tipo de historicidade atribuído por Marx à sociedade civil se a situarmos em relação a outras esferas da vida social. O 'materialismo' dessa sociedade provê a base de todas as formas superiores da vida humana por isso constituirá o fulcro da alienação" (8).

É exatamente por constituir-se como fulcro da alienação, que a sociedade civil também vem a revelar-se como o campo de emergência de desalienação possível, isto é, de reapropriação da universalidade primitiva, configurando-se, pois, a diretriz básica de um programa de crítica prática:

"Posto que o homem é a raiz de si mesmo, não se deve inscrever a alienação em sua própria essência, fazer da condição humana uma tragédia, como pensam os autores religiosos. Muito ao contrário, é imprescindível destruir todas as situações sociais em que o homem se avilta, é imperioso vencer os obstáculos opostos à realização de sua universalidade primitiva. Se em 1843 Marx ainda fala na democracia onde o homem teria ocasião de realizar cabalmente sua essência genérica, um ano depois já se reporta explicitamente ao proletariado como o ponto limite da alienação e, por conseguinte, o instrumento pelo qual se operará a reconciliação da forma e do conteúdo sociais" (9).

Esse destino prático-político do proletariado se explicita plenamente no texto a seguir transcrito em que Marx analisa o Caso Alemão, ou seja, seu próprio presente histórico (10).

"...A possibilidade da emancipação alemã, afirma, reside: 'na constituição de uma classe com cadeias radicais, uma classe da sociedade civil (burguesa) que não seja classe dessa sociedade, um estamento que seja a dissolução de todos os estamentos, uma esfera que possua um caráter universal graças aos seus sofrimentos universais e que não reivindique uma justiça particular, pois contra ela não se cometeu uma injustiça particular, mas a injustiça simplesmente, que não apenas reclame um título histórico mas um título humano, que não esteja apenas em oposição parcial às consequências do regime político alemão mas em oposição total a seus pressupostos, uma esfera que não se possa emancipar sem emancipar-se de todas as outras esferas da sociedade e, portanto, sem emancipar todas as outras, que numa palavra seja a completa perda do homem e desse modo somente pela completa reconquista dele possa reconquistar a si própria. Essa dissolução da sociedade num estamento particular é o proletariado" (11).

Ora, aqui Gianotti prossegue fazendo uma advertência sobre o caráter "lógico" e não histórico da potencialidade revolucionária do proletariado como negador da alienação do homem.

Este caráter "lógico" se constitui exatamente a partir dos marcos da concepção de totalidade histórica pressuposta na problemática do Jovem Marx, explicitado no texto abaixo transcrito.

"Em que pese ao vigor desse último texto, é preciso atentar para o fato de que a revolução proletária surge como a negação da negação de um processo histórico cujos termos são determinados logicamente, ao invés de o serem por intermédio da investigação concreta da sucessão dos sistemas produtivos e, em particular, de uma análise do sistema capitalista que mostrasse como nele o proletariado se apresenta com a força inaudita de o superar e, ao mesmo tempo, graças à situação privilegiada dessa classe em relação a todas as outras, com a capacidade de alterar por completo as formas tradicionais da dinâmica social.

Nesta altura de sua carreira científica, quando ainda desconhecida a especificidade da sociedade capitalista, quando ainda não tinha descoberto a categoria de mais-valia e esperava demonstrar ser o lucro proveniente da circulação de capitais, Marx 'a priori' enquadrada a totalidade histórica num movimento ternário e a considerar como um processo evolutivo que tem por princípio a comunidade primitiva, a sociedade civil como etapa intermediária de radicalização da alienação e o comunismo como terceiro momento a recuperar o universal originário num nível superior de concreção. Além disso, o mesmo movimento ternário se repete no interior do segundo termo. Marx inicia a história da sociedade civil pela separação do social e do político, encontrada na Antiguidade, o que pressupõe uma unidade anterior; de etapa em etapa atinge finalmente o ponto limite de alienação representado pela classe que perdeu todos os títulos humanos. Mas a completa perdição redundará na salvação absoluta e na inauguração da história propriamente dita. Dessa forma a revolução proletária haure sua necessidade e suas forças, não nas contradições particulares do sistema capitalista, mas nas contradições universais cada vez mais absolutas que nutrem a inquietação e a evolução da sociedade civil" (2).

A problemática básica da obra do Jovem Marx, segundo Gianotti se evidencia claramente nos termos de uma... "contradição (que reside) entre o objeto econômico e a essência humana abstrata" (13).

"O problema da alienação ligava-se, no Jovem Marx, essencialmente à sua concepção da dialética. Posta de um lado, a totalidade do gênero humano fora da história a dar o sinal de partida para o processo negador e fixada, de outro, a orientação a ser tomada pela posição (relações entre sujeito e objeto), ficava 'ipso facto' demarcado o sentido da alienação: deveria corresponder à exteriorização do sujeito inicial, redundar numa cristalização das relações humanas, isto é, no reverso da humanidade originária, para em seguida recuperar a interioridade primitiva num nível superior de concreção" (14).

Já a direção da obra da maturidade é outra, a contradição residindo "no próprio objeto social".

"...A contradição se instala, por conseguinte, entre as reais relações de igualdade ocorridas na compra e na venda da força de trabalho e as não menos reais relações de desigualdade na esfera da produção que são, contudo, tomadas pelo capitalista como iguais" (15).

Gianotti explicita que isto significa que o princípio da reflexão (16) se translada para o interior da história e certas estruturas intencionais objetivas passam a desempenhar um pel fundante, o significado de alienação alterando por completo.

O texto a seguir transcrito retém o essencial da análise de Gianotti acerca desta alteração. Se esta análise não pretende ser exaustiva, ela no entanto adquire significado como uma tomada de posição, pois Gianotti explicita sua interpretação da obra da maturidade de Marx, isto é, da Dialética Materialista, do marxismo, portanto.

Vejamos os termos desta tomada de posição (17):

"A produção humana se faz, como já vimos essencialmente do ponto de vista social: os homens produzem tendo em vista o conjunto da sociedade, ao contrário do animal cujos produtos não são conformados por qualquer finalidade comunitária. Esse momento de consciência, inscrito em todos os fenômenos humanos, determina-se e determina de modos diferentes conforme variam os sistemas produtivos; a mesma determinação simples podendo ser repostada de maneira muito diversa. Mas o modo de reposição estipula a forma de objetividade adquirida por essa determinação, de sorte que a consciência social da objetividade das relações sociais e, por conseguinte, a própria natureza

dessa objetividade determinada dependem dos modos de determinação dessas relações. O elemento consciência é pois constituinte de todo fenômeno social e a forma pela qual participa dele é um fator essencial de sua natureza e de sua explicação. Assim sendo, o marxismo não deve preocupar-se apenas com a intersubjetividade constituinte mas, sobretudo, com as formas objetivas dessa intersubjetividade, constituídas pelas relações intencionais postas pelas estruturas fundantes. Cada fenômeno social, reportado à estrutura fundamental, revelará uma forma preestabelecida de intersubjetividade que lhe dará uma espessura objetiva própria, graças à maior ou menor travação das categorias abstratas" (18).

Esta "redutibilidade" (19) possível de "cada fenômeno social" à "estrutura fundamental" como tarefa do marxismo tem implicações teórico-práticas cruciais.

O texto a seguir transcrito, exemplo de aplicação do método proposta com base nos pressupostos dados, permite aprofundar a determinação destas implicações, ao culminar numa tomada de posição lukacsiana.

"...No capitalismo por exemplo: 'A igualdade dos trabalhos humanos adquire a forma objetiva (sachlich) da igual objetividade de valor dos produtos do trabalho, a medida do dispêndio da força humana de trabalho por intermédio da duração adquire a forma de valor dos produtos do trabalho, finalmente, as relações dos produtos, nas quais se afirmam as determinações sociais de seu trabalho, adquirem a forma de uma relação social dos produtos do trabalho'. Os produtos se convertem em mercadorias, em coisas sociais, e as relações humanas passam a ser medidas pela objetividade dessas coisas. O fetichismo da mercadoria corresponde portanto a uma forma de objetividade que lhe advém do caráter da determinação das relações sociais fundantes. A objetividade do social não adquire a mesma espessura por exemplo, na sociedade medieval, onde a dependência pessoal das relações sociais

aparece como relações entre pessoas. Todo o problema se resume pois em estudar as formas de reificação do ser social, nos diferentes modos de produção e nos diferentes níveis de realidade postos pelo desenvolvimento de cada sistema" (20).

É este estudo das "formas de reificação do ser social"... que se explicita como uma tomada de posição lukacsiana (21).

Evidentemente que não cabe aqui analisar exaustivamente a teorização de Lukács acerca da questão da reificação, todavia alguns pontos importantes se impõem ressaltar., os quais permitem reter as principais implicações teóricas e prático - políticas desta, e da teorização de Gianotti.

Se em Lukács a problemática da reificação se constitui enquanto problema teórico e prático-político em contradição com a consciência possível do proletariado em Gianotti, esta questão se constitui conforme assinalado tão somente enquanto tarefa teórica, prescindindo do conceito de consciência possível, o que vem a revelar que as concepções de totalidade implícitas nas duas formulações sobre a problemática básica do marxismo se distinguem profundamente.

Em Lukács, o conceito de totalidade, seja enquanto princípio teórico-metodológico, seja enquanto processo histórico-social implica no devir, o que se evidencia exatamente na questão da consciência possível, construção ideal típica que, elaborada a partir do ponto de vista da revolução realizada, visa possibilitar a determinação do estado atual da praxis-consciência da classe sujeito da revolução ainda por fazer.

Já em Gianotti, o conceito em questão, menos do que a um processo, refere-se a uma estrutura enquanto presente, donde a possibilidade da tarefa de redução das reificações que se constituem nos diferentes níveis da realidade a reificação básica que se constitui a nível econômico, se impõe como a tarefa principal.

Ou seja, se já nos termos lukacsianos, dada a reificação da consciência da classe-sujeito da revolução redentora - o proletariado, as possibilidades de crítica prático-política desta reificação são extremamente discutíveis, sendo todavia passíveis de formulação, em Gianotti tem-se o silêncio acerca desta questão.

Mas especificamente, tem-se privilegiamento de uma tarefa eminentemente crítico-teórica.

Reportadas as "formas de reificação do ser social".. "nos diferentes níveis da realidade" à estrutura fundamental, qual ou quais as tarefas de crítica prática?

Ora, mas já a nível crítico-teórico do próprio conceito de reificação, uma questão teórico-metodológica se coloca, revelando talvez a fragilidade do projeto proposto. Questão esta colocada por Gianotti mesmo.

O simples fato de considerar alienadas as personalidades básicas, que correspondem aos vários níveis de reificação, no interior de um dado sistema, na medida em que participam fragmentariamente da totalidade do sistema não nos conduz para fora dele a postular como paradigma uma sociedade de homens livres?

"Obviamente a resposta depende da possibilidade de tomarmos a história como uma totalidade a emergir.

do movimento de uma de suas totalidades parciais, como um processo de totalização nascido do desenvolvimento lógico do próprio capitalismo, pois do contrário cairíamos na dialética anterior, onde a alienação se aproxima da ideia de pecado, em virtude de sua constante referência a um homem abstrato" (22).

Ora, verificou-se que Gianotti propõe como tarefa do marxismo a análise por redução das múltiplas reificações que se constituem nos diferentes níveis do social à reificação básica que se constitui no interior da dialética do trabalho. Dada esta tarefa é possível tomar a história como totalidade a emergir do movimento de uma de suas totalidades parciais, como o processo de totalização nascido do desenvolvimento lógico do próprio capitalismo? Ou é possível tão somente concebê-lo como uma totalidade expressiva em que os múltiplos planos expressam o plano econômico básico, não sendo concebidos seja aqueles seja este como processo? Quais as implicações teóricas e práticas desta alternativa para a qual a proposta de Gianotti parece se inclinar?

Estas são algumas das perguntas que as reflexões finais a seguir desenvolvidas buscarão responder, juntamente com a análise de pontos cruciais estabelecidos acerca das posições de Florestan Fernandes e de Cardoso na controvérsia em questão.

NOTAS

- (1) Prefácio a edição Francesa in Giannotti, José Arthur, Orígenes de la Dialéctica del Trabajo, Madrid, Alberto Corazon Editor, 1973.
- (2) Além de Marx, Gianotti analisa em seu trabalho a Dialética Hegeliana e a Dialéctica de Feuerbach.
- (3) Esforço cujo significado político segundo o autor está retido no texto introdutório da presente análise.
- (4) GIANOTTI, José Arthur. Orígens da Dialéctica do Trabalho, São Paulo Difusão Européia do Livro 1966, parte inicial do Capítulo 2.
- (5) Idem. Op. cit., pág. 80.
- (6) Idem. Op. cit., pág. 80.
- (7) Idem. Op. cit., pág. 80.
- (8) Idem. Op. cit., pág. 81.
- (9) Idem. Op. cit., pág. 83.
- (10) Acerca da conjuntura histórica da elaboração da obra de Marx aqui em questão ver LOWY, Michael. La Teoria de la Revolucción en el Joven Marx. Buenos Aires, Siglo Veintiuno Argentina Editores S.A.

- (11) GIANOTTI, José Arthur. Op. cit., pág. 83.
- (12) Idem. Op. cit., pág. 84-85.
- (13) Idem. Op. cit., pág. 114.
- (14) Idem. Op. cit., pág. 240.
- (15) Idem. Op. cit., pág. 115.
- (16) Acerca deste ponto ver especialmente página 214 e seguintes.
- (17) O texto abaixo permite reter por que se trata de uma tomada de posição. Referenciando-se à obra da maturidade de Marx. Gianotti aponta que "não nos cabe neste trabalho proceder a um estudo exaustivo de problema repostado nos novos termos, pois sua viabilidade supõe um conhecimento mais profundo de dialética materialista. No entanto, apenas com o intuito de acentuar a diversidade das duas perspectivas, o que por si só já desabona o uso abusivo e desregrado da categoria de alienação por autores mais ou menos ligados ao marxismo, convém situá-la no novo contexto".idem Op. cit., pág. 240.
- (18) Idem. Op. cit., pág. 241
- (19) Aqui neste "reportar" é que se configura uma metodologia de redução tendo a redução fenomenológica de Husserl por paradigma.

- (20) Idem. Op. cit., págs. 240-241
- (21) Ver LUKĀCS, Georg, História y Consciência de Classe, Barcelona, Grijalbo, 1975; FEO, Nicola de. Weber y Lukács. Barcelona, A. Redondo Editor, 1972; e RUSCONI, G. E., La Teoria Crítica de la Sociedad. Barcelona, Ediciones Martínez Roca S.A., 1969
- (22) GIANOTTI, José Arthur. Op. Cit., pág. 243

REFLEXÕES FINAIS

Reflexões finais

Longo foi o caminho percorrido até aqui. Recorde mos seus passos básicos:

Inicialmente, de modo especial em Florestan Fernan des, a problemática básica consistia na possibilidade de desenvolvimento pleno e democrático da civilização industrial tecnológico-científica, ou seja, da racionalização de todos os níveis do sistema social⁽¹⁾.

A análise funcional dos efeitos disnômicos visando determinar suas condições de emergência e de possível controle colocava-se como forma privilegiada de trabalho científico, significando-se a plena realização concomitante e complementar dos papéis de cientista e de cidadão.

Buscou-se deixar apontado que no limite esta análise implica na existência de uma paradigma, de um modelo ideal-típico capaz de revelar o grau de integração funcional do presente.

Este paradigma, ora se cristalizou nas determinações formais de cidadania, a nível da Constituição - enquanto cidadania de direito em confronto com a não realização plena desta, de fato -, ora em modelos ideais-típicos de instituições sociais, claramente a partir de experiências de desenvolvimento de sociedades européias e da norte-americana.

Neste último caso buscava-se, através da análise,

verificar os efeitos disnômicos do "transplante" destas experiências, isto é, de sua inserção em situações sociais que não possuíam plenamente constituídos os requisitos psicossociais e sócio-culturais correspondentes, consubstanciados no paradigma de ação racional.

Mesmo a questão da cidadania implicava, no limite, nesta idéia de "transplante", de "efeito-demonstração", embora a análise pudesse se fazer sem a explicitar claramente, bastando para tanto operar com sua cristalização formal já dada, a nivel jurídico-político⁽²⁾.

Pensar a integração funcional como fim tendencial a ser atingido, e não meramente como instrumento "heurístico" iluminador do momento presente, em nada soluciona a questão. Ao contrário, o modelo analítico se configura nestes termos plenamente como uma versão da problemática da modernização, como fundamento da teoria do desenvolvimento.

Dados os modelos ideais-típicos de integração funcional das múltiplas instituições e mesmo de níveis societários, a análise invariavelmente verificava, de modo empírico, a não-correspondência dos padrões de conduta reais com os paradigmáticos. Ou seja, os efeitos disnômicos se revelaram como produto das tensões entre as instituições "transplantadas" e as orientações de conduta vigentes.

Outros não são os termos da Hipótese de Demora Cultural.

A referenciação desta persistência de orientações "disnômicas" às situações econômico-sociais de desigualdade não

chega a alterar a posição principal das orientações de conduta - seja teórica seja praticamente. Basta relembrar a importância da Questão Pedagógica como campo privilegiado de tentativas possíveis de superação da Demora Cultural.

Exatamente esta Questão é que veio a por em xeque a própria hipótese principal explicativa do momento presente brasileiro de então, impondo uma reformulação a este nível.

Ora, qual o suposto básico da Hipótese de Demora Cultural que veio a ser destruído no decorrer dos enfrentamentos ideológico-políticos da discussão da Lei de Diretrizes e Bases?⁽³⁾

Fundamentalmente, a idéia de que a própria problemática básica desta teorização fosse um anseio comum dos membros da comunidade nacional.

Ou seja, se a democratização do ensino, concebida em termos do privilegiamento da rede de ensino público como órgão executor, encontrou feroz oposição de múltiplos setores sociais, a ponto de o Projeto de Lei ser radicalmente desfigurado no âmbito do próprio Congresso Nacional, como pensar numa comunhão de interesses?

Não se tratava de um forte indicador, a nível, exatamente, do campo privilegiado pela Sociologia Aplicada, de resistências sociopáticas e mudanças? Resistências estas que se manifestavam exatamente no topo da pirâmide social.

Não é de estranhar, portanto, que a hipótese principal substitutiva viesse a dar conta precisamente destas resistências.

Ou seja, o Dilema Social Brasileiro consiste "numa resistência residual ultra-intensa à mudança social, que assume proporções e conseqüências sociopáticas⁽⁴⁾ (...) um tipo de inconsistência estrutural e dinâmica que nasce da oposição entre o comportamento social concreto e os valores morais básicos de determinada ordem social"⁽⁵⁾ comportamente este exatamente das camadas sociais privilegiadas econômico social e politicamente.

A Hipótese da Demora Cultural se revelou como um princípio extremamente fecundo para a crítica teórica. Basta ressaltar que não permite, ao subscrever o modelo racional de ação como paradigma privilegiado, a aceitação de situações em que a conduta se oriente por padrões tradicionais. Considerada a questão política, a hipótese se revela extremamente crítica frente à manipulações típicas da dominação tradicional (coronelismo, por exemplo) e carismática (lideranças populistas), privilegiando as formas racionais-legais.

Ao mesmo tempo, a hipótese em questão revelou-se como princípio de crítica prática.

Já uma hipótese como a de Dilema Social revela-se como "problemática" nos marcos analíticos dados, pois se de um lado, serve como princípio de crítica teórica, de outro, não permite configurar plenamente um projeto prático, já que não se trata de efeitos disnômico, de uma incongruência extremamente crucial entre a verbalização e o comportamento das camadas econômico-social e politicamente privilegiadas.

A Questão Pedagógica seria a solução para esta incongruência em particular? Ou se tentaria avançar a "terapêuti

ca pedagógica" nos demais segmentos sociais? Mas como, se uma Reforma de Base necessária para tanto é bloqueada?⁽⁶⁾

Até aqui, tem-se uma problemática básica que vem a ser solucionada primeiramente por uma hipótese que, embora retenha efeitos disnômicos a nível societário, apresenta elevado grau de integração no contexto do modelo teórico. Posteriormente, por efeito de processos prático-políticos, passa a ser pensada em termos que colocam em questão o próprio modelo paradigmático.

Se no primeiro contexto a síntese de perspectivas era possível enquanto tarefa básica da Sociologia Aplicada, já no segundo contexto a mesma se torna improvável.

Ora, verificou-se que concomitantemente um questionamento da própria problemática básica se efetivou no proceso de produção dos estudos acerca das relações raciais nas sociedades escravocratas do Sul do País, estudos estes que faziam parte do projeto comum da pesquisa acerca das relações sociais no Brasil.

Este questionamento se realiza sob a forma de uma questão de método nucleada na noção de totalidade, sendo que, no limite, a categoria básica da problemática do modelo dominante na conjuntura anterior é subvertida.

A razão - o conceito de ação racional -, modelo ideal-típico, e portanto formal, ainda que pensada como tendência provável do desenvolvimento histórico, é questionada.

Não se trata mais de saber se é possível atingir a racionalização plena dos diversos níveis do sistema social.

Trata-se de saber: que Razão? A razão alienada ou a razão - projeto de desalienação? A razão fragmentária ou a razão totalizante?

Nestes termos, não há possibilidade de síntese de perspectivas. Impõe-se uma opção radical, uma tomada de partido.

Ou se está do lado do Homem, ou contra este.

Dois pontos complementares entre si se configuram neste projeto crítico, sintetizado por Marx nos seguintes termos:

"Ser radical é tomar as coisas pela raiz.
Ora, para o homem, a raiz é o próprio homem"
(7).

Primeiramente, tem-se o homem enquanto ente espécie sempre já dada, cuja universalidade primitiva, alienada na História, cabe retomar. Ou seja, em outros termos, tem-se uma noção de totalidade de História como movimento ternário: universalidade primitiva - alienação - universalidade retomada. Trata-se, pois, de uma História desde sempre fechada; embora por fazer...

De outro lado, ao tomar a essência humana abstraída como ponto de partida da análise, tem-se uma ruptura com o formalismo institucionalista do modelo funcionalista. Não se trata tão somente de estruturas, ações ou mudanças, objetividades

fragmentárias que são "totalizadas" por meio de operação ideal-típica. Trata-se do Homem como princípio universal-universalizante, do Homem como projeto de si mesmo, vivendo seu projeto enquanto sua vida.

Ressalte-se que, se em Sartre, e no Jovem Marx, a carência se colocava como fundamento deste projeto, em Cardoso tal não se dá.

Verificou-se que é a nível das leis básicas do processo de produção capitalista, nos termos da formulação de Marx da maturidade, que Cardoso busca tal fundamentação provilegiando o conceito de mais-valia.

Iso veio a significar-se como uma "síntese original realizada por Cardoso entre a teoria da acumulação capitalista exposta em "O Capital" e o método dialético na versão sartréana.

Ora, aqui se configura a temática da análise de Gianotti acerca da possibilidade de uma dialética materialista.

A visão de dialética do Jovem Marx pressupõe uma essência humana abstrata já dada, que se aliena a nível da sociedade civil, objeto da economia política.

Já a versão de Marx em O Capital, segundo a interpretação de Giannotti, significa-se como um projeto que busca, no interior da própria História, apreender as estruturas intencionais fundantes, desempenhando o conceito da mais-valia um papel básico e central na determinação destas.

Ora, a análise desenvolvida por Giannotti veio a privilegiar a reificação como característica crucial destas estruturas intencionais. Colocada a este nível, a reificação vem a "refletir-se" nos demais níveis do social, constituindo a tarefa do marxismo o estudo deste processo de constituição-reflexão.

Esta interpretação, se busca a explicação da História no interior da própria História através do método da redução das múltiplas reificações àquela reificação básica - que se constitui a nível das relações de produção - ao mesmo tempo que destrói a legitimidade possível das versões do Jovem Marx e de Sartre, cria novas dificuldades teórico-práticas.

De um lado, não pressuporia também um paradigma de sociedade onde não ocorreria a reificação, ou seria possível pensar esta categoria apenas como produto possível do desenvolvimento da própria história concreta?

De outro, a atividade teórica, o estudo das reificações, veio a significar-se como a atividade crítica privilegiada evidenciando-se assim sérios limites para a fundamentação de um projeto prático-político.

No limite, revelando-se como uma tomada de posição lukacsiana, esta versão da tarefa do marxismo evidencia os limites deste próprio tipo de tomada de posição.

A análise desenvolvida até aqui permite afirmar que a preocupação de estudar a sociedade enquanto uma totalidade é uma determinação teórica geral do grupo de autores estudados.

Já a concepção desta totalidade, que se fundamenta em dada problemática, vem a revelar a particularidade de cada uma das posições analisadas, confirmando-se deste modo o significado da controvérsia metodológica enquanto tomada de posição antagonica acerca da preocupação geral globalizante.

Estas posições podem ser retiradas nos termos dos conceitos de irracionalidade e racionalidade, enquanto configuradores da problemática básica de Florestan Fernandes no período aqui em questão; de alienação e desalienação em Cardoso; e de reificação e desreificação em Giannotti.

Evidenciou-se que apenas em Florestan Fernandes é possível reter a formulação explícita de uma concepção do momento atual do Brasil no período aqui em foco, tendo por base os conceitos teóricos referidos da produção deste autor então. A partir destes conceitos configurou-se a Hipótese de Demora Cultural, posteriormente substituída pela de Dilema Social.

O texto de Cardoso analisado retém a concepção da ordem social escravocrata no Rio Grande do Sul e de sua dissolução, formulada com base nos conceitos de alienação e desalienação, ocorrendo, todavia, apenas indicações gerais acerca da ordem social capitalista plena que se constituiu então. Estas indicações, ainda que gerais, permitem reter a formulação de uma concepção, embora de modo extremamente abstrata, desta plenitude da ordem social capitalista, com base nos conceitos referidos⁽⁸⁾

Isto é, sabe-se que, dada esta ordem social, tem-se um problema de alienação e de desalienação possível enquanto projeto a ser realizado.

Em Giannotti, se não há referência alguma ao Caso Brasileiro, todavia é possível apontar que, se trata de uma intervenção em dada conjuntura teórica da evolução de um grupo de intelectuais brasileiros, intervenção contra as versões sartréana e jovem marxista, ao postular uma dada tarefa ao marxismo privilegia determinada questão no presente - o estudo das reificações, isto é, se pretende resposta a questão: o que fazer?

Ora, aqui é possível reter uma questão crucial. Todas as três concepções de problemática básica são síntese originais que privilegiam a questão do estado de consciência, assim como soluções na e pela mudança deste estado.

Em Florestan Fernandes tem-se esta questão enquanto configurando situações irracionais ou racionais, pela integração entre os requisitos estruturais funcionais das múltiplas instituições do social em seus vários níveis - dados estes requisitos ideal-tipicamente -, e os tipos de conduta verificados empiricamente. Constatada a "disnomia", a "irracionalidade" de da situação em termos de não correspondência entre os requisitos formais e a conduta real, a mudança cultural provocada desta se coloca, enquanto questão pedagógica, como a tarefa prática principal de intervenção no momento presente da situação em questão.

Em Cardoso, a alienação do homem na História vem a significar-se, enquanto praxis alienada, como o campo existencial de emergência de possível projeto de desalienação, o que implica na formulação deste enquanto sentido da ação.

Finalmente, em Giannotti, a reificação, enquanto característica das múltiplas intencionalidades com base na reificação que se configura a nível da estrutura intencional fundante, se coloca como questão básica para o estudo teórico-crítico.

É exatamente este privilegiamento do estado de consciência e de sua possível transformação que cabe analisar aqui.

Em termos de metodologia de pesquisa, o modo se dá o privilegiamento desta questão não se significa como uma formulação teórico-formal "a priori", embora se particularize em posições antagônicas?

Consideradas as perspectivas de solução das problemáticas básicas das três posições em questão, não se apresentam essas perspectivas como extremamente problemáticas enquanto articulação possível entre a crítica teórica e a crítica político-política, ocorrendo o privilegiamento daquela como atividade crítica primordial?

Considerada a partir da problemática, básica profundamente a metodologia proposta por Florestan Fernandes pode ser pensada como constituída por três momentos. Um primeiro momento, ideal-típico, que se determina ao mesmo tempo como heurístico e como alvo tendencial do desenvolvimento histórico de dada instituição ou de um conjunto destas. Um segundo momento, em que a análise empírica verifica o grau de realização do modelo tendencial, em termos de integração entre seus requisitos formalmente estipulados e as condições psicossociais e sócio-culturais em que se encontra inserido. Um terceiro momento, em que as perspectivas de intervenção racional nestas condições são estipuladas de modo a se atingir o máximo de eficácia funcional do modelo.

Em Fernando Henrique Cardoso tem-se também um movimento constituído por três momentos, o primeiro dos quais implícito. Inicialmente se pressupõe o Homem como ente-espécie, como universalidade primitiva. Num segundo momento busca-se verificar as formas de sua alienação na História. Finalmente, a desalienação se constitui como projeto possível a partir das condições de alienações vividas.

Ora, Giannotti, ao denunciar este movimento na versão de dialética do Jovem Marx (ou seja, indiretamente de Sartre e de Cardoso), encontra-se impossibilitado, devido aos seus próprios pressupostos, de aceitar um estado primeiro de não reificação, e mais, de aceitar plenamente a perspectiva de um estado futuro de desreificação. Donde sua posição revelar-se plenamente como opção pelo estudo, isto é, como tão somente crítica teórica do dado através de redução dos múltiplos níveis a um básico não se configurando a possibilidade de um programa prático de superação deste.

Ao se reconstruir o movimento metodológico de cada uma das três posições configuraram-se já as perspectivas de articulação entre a crítica teórica e a crítica prático-política.

Florestan, dados os marcos teóricos de sua análise, pode postular uma intervenção nas condições psicossociais e sócio-culturais, isto é, pode prescrever uma mudança cultural provocada como solução a um estado disnômico em que aquelas condições não correspondem às exigências formuladas a nível de um modelo ideal-típico⁽⁹⁾. Ou seja, dados os marcos teórico-metodológicos de sua posição, Florestan pode efetivar a um dado nível a crítica teórica de dada situação, ao caracterizá-la como disnômi

ca, assim como postular a crítica prática para a superação deste em termos de uma mudança cultural provocada.

Já Cardoso e Giannotti encontram-se restritos à crítica teórica tão somente, não tendo condições de formular um programa de crítica prática.

Se em Cardoso todas as vivências significam-se como vivência da alienação do Homem na História, torna-se, muito problemático postular plenamente um programa prático de superação desta. Todo projeto não seria também alienado?

Em Giannotti, esta impossibilidade é levada ao extremo, ao assumir como tarefa do marxismo o estudo das múltiplas reificações por redução destas à reificação que se constitui a nível das estruturas intencionais básicas, isto é, das relações de produção, não se configurando a possibilidade de uma crítica prática destas reificações.

Ressalte-se um ponto extremamente significativo. Como já foi apontado, Florestan Fernandes, ao realizar a modificação de sua Hipótese Principal explicativa do presente brasileiro de Demora Cultural para Dilema Social, encontra-se impossibilitado de sustentar plenamente a articulação entre crítica teórica e crítica prática, ainda que restrita esta tão somente à Questão Pedagógica, questão chave de Sociologia Aplicada.

No limite, portanto, após as "descobertas" ao longo da Campanha de Defesa da Escola Pública, Florestan Fernandes aproxima-se de Cardoso e Giannotti em termos de restringir-se primordialmente à crítica teórica.

Tem-se aqui, pois, claramente delimitado o caráter geral das três posições em questão, qual seja, o de buscarem ser fundamentalmente análises críticas globais do estado atual de consciência, ao mesmo tempo que postulam soluções que se significam como modificação deste estado, cabendo papel primordial nesta modificação possível à atividade de crítica teórica.

Evidentemente que reter este caráter geral não significa subsumir as particularidades de cada uma das posições.

É exatamente estas particularidades em confronto teórico, acerca do modo de realizar a tarefa teórica comum de estudo globalizante do estado atual de consciência, que constituem a riqueza do campo teórico analisado.

Finalmente, cabe ressaltar o caráter crítico-teórico destas tomadas de posição seja frente ao estado atual do campo teórico, seja frente ao estado atual da sociedade no período considerado.

NOTAS

- (1) Recorde-se que a noção de democracia é abrangente, isto é, trata-se de democratização econômico-social e política.
- (2) Relembrem-se as três tendências básicas de desenvolvimento da democracia no Brasil.
- (3) Estes enfrentamentos podem ser pensados como indicadores da desagregação do pacto social desenvolvimentista.
- (4) FERNANDES, Florestan. A Sociologia numa Era de Revolução Social. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976, pág. 204.
- (5) Idem. Op. Cit., pág. 208.
- (6) Ver FERNANDES, Florestan. Educação e Sociedade no Brasil. São Paulo, Dominus Editora-Editora da USP, 1966.
- (7) MARX, Karl. Contribuição à Crítica do Direito de Hegel, citado em CARDOSO, Fernando Henrique, Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. Op. cit.
- (8) CARDOSO, Fernando Henrique. Op. cit., 276-277.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

01. ALTHUSSER, Louis. Resposta a John Lewis - A Questão do Humanismo. Santos, Editorial Estampa, 1973
02. ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado. Lisboa, Editorial Presença, 1974
03. Bastide, Roger e Fernandes Florestan. Relações entre Brancos e Negros em São Paulo. São Paulo, Editora Anhembi, 1975.
04. BEDESCHI, Giuseppe. Introducción a Lukacs. Buenos Aires, - Siglo Vientiuno Argentina Editores S.A., 1974.
05. BORNHEIM, Gerd A. Sartre. São Paulo, Editora Perspectiva, 1971.
06. BRUNO, Ernani Silva. São Paulo, Terra e Povo. Porto Alegre, Editora Globo, 1967.
07. CARDOSO, Fernando Henrique. Mudanças Sociais na América Latina. São Paulo, Difel, 1969.
08. CARDOSO, Fernando Henrique & Outros. Estudos 1 - Sobre teoria e Método em Sociologia. São Paulo, Edições Cebrap, 1971.
09. CARDOSO, Fernando Henrique. Autoritarismo e Democratização. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1975.

10. CARDOSO, Fernando Henrique & Ianni, Octávio. Côr e Mobilidade Social em Florianópolis. São Paulo, companhia Editora Nacional, 1960.
11. CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962.
12. CARDOSO, Fernando Henrique e Faletto, Enzo. Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973.
13. CARDOSO, Fernando Henrique. Política e Desenvolvimento em Sociedade Dependentes. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1971.
14. CARDOSO, Fernando Henrique. O Modelo Político Brasileiro. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972.
15. CARDOSO, Fernando Henrique. Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico. São Paulo, Difusão Européia do livro.
16. CHACON, Vamireh. História das Idéias Sociológicas no Brasil. São Paulo, Editorial Grijalho Ltda., 1977.
17. COSTA, Cruz. Contribuição à História das Idéias no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
18. DESAN, Wilfrid. El Marxismo de Jean Paul Sartre. Buenos Aires, Paidós, 1971.
19. DIAS, Fernando Correia. Presença de Max Weber na Sociologia Brasileira Contemporânea. Brasília, Fundação Universidade de Brasília, Departamento de Ciências Sociais, 1973. Mimeo.

20. FAUSTO, Boris (direção). História Geral da Civilização Brasileira-III. O Brasil Republicano. Rio de Janeiro, Difusão Européia do Livro, 1977.
21. FEO, Nicola de. Weber y Lukács. Barcelona, A. Redondo Editor, 1972.
22. FERNANDES, Florestan. Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução? São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1975.
23. FERNANDES, Florestan. Circuito Fechado. São Paulo, Editora Hucitec, 1976.
24. FERNANDES, Florestan. Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1968.
25. FERNANDES, Florestan. Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1967.
26. FERNANDES, Florestan. A Sociologia numa Era de Revolução Social. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.
27. FERNANDES, Florestan. Elementos de Sociologia Teórica. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1974.
28. FERNANDES, Florestan. Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1971.
29. FERNANDES, Florestan. Folclore e Mudança Social na Cidade de São Paulo. São Paulo, Editora Anhembi S.A., 1961.

30. FERNANDES, Florestan. A Integração do Negro na Sociedade de Classes. São Paulo, Dominus Editora (Editora da USP), 1965.
31. FERNANDES, Florestan. A Investigação Etnológica no Brasil e Outros Ensaios. Petrópolis, Editora Vozes Ltda, 1975
32. FERNANDES, Florestan. Mudanças Sociais no Brasil. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1974.
33. FERNANDES, Florestan. A Sociologia no Brasil. Petrópolis, Editora Vozes Ltda., 1977.
34. FERNANDES, Florestan. Capitalismo Dependentes e Classes Sociais na América Latina. Rio de Janeiro, Zahar Editores , 1973.
35. FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.
36. FERNANDES, Florestan. Educação e Sociedade no Brasil. São Paulo, Dominus Editora (Editora da USP), 1966.
37. FERNANDES, Heloísa Rodrigues. "O intelectual, um personagem histórico", in Debate & Crítica, nº 5, São Paulo, Março de 1975.
38. FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens Livres na Ordem Escravocrata. São Paulo, Editora Ática, Ensaio 3, 1974
39. GIANNOTTI, José Arthur. "Notas para uma análise metodológica de "O Capital", in Revista Brasiliense nº 29. São Paulo, Maio-Junho de 1960.

40. GIANNOTTI, José Arthur. Origens da Dialética do Trabalho. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.
41. GRAMSCI, Antônio. La Política y el Estado Moderno. Barcelona, Ediciones Península, 1971.
42. GRAMSCI, Antônio. Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1966.
43. IANNI, Octavio. Sociologia e Sociedade no Brasil. São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 1975.
44. IANNI, Octavio & Outros. Política e Revolução Social no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1965.
45. IANNI, Octavio. As Metamorfoses do Escravo. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962.
46. IANNI, Octavio. Sociologia da Sociologia Latino-Americana. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1971.
47. IANNI, Octavio. Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A. 1963
48. IANNI, Octavio. Estado e Capitalismo. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 1967.
49. IANNI, Octavio. Imperialismo na América-Latina. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1974

50. IANNI, Octavio. O Colapso do Populismo no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1968.
51. IANNI, Octavio. Estado e Planificação Econômica no Brasil. (1930-1970), Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1971
52. IGLÉSIAS, Francisco. História e Ideologia. São Paulo, Editora Perspectiva S.A., 1971.
53. KLEIN, Claude. De los Espartaquistas al Nazismo: la República de Weimar. Barcelona, Ediciones Península, 1970
54. LOWY, Michael. La Teoría de la Revolución en el Joven - Marx. Buenos Aires, Siglo Veintiuno Argentina Editores S.A., 1973.
55. LUKÁCS, Georg. História y Consciência de Classe. Barcelona, Ediciones Grijalbo S.A., 1975.
56. MANNHEIM, Karl. Sociologia da Cultura. São Paulo, Editora Perspectiva, 1974.
57. MANNHEIM, Karl. Liberdade, Poder e Planificação Democrática. São Paulo. Editora Mestre Jou, 1972.
58. MANNHEIM, Karl. Ideologia é Utopia. Porto Alegre, Editora Globo, 1972.
59. MARSAL, Juan. Cambio Social em América Latina. Buenos Aires, Ediciones Solar, 1967.

60. MARX, Karl. "Manuscritos Econômicos e Filosóficos", in FROMM, Erich, Conceito Marxista do Homem. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1964.
61. MOTA, Carlos Guilherme. "A Historiografia Brasileira nos últimos quarenta anos: tentativa de avaliação crítica", in Debate & Crítica nº 5, São Paulo, Março de 1975.
62. PINTO, L. A. Costa & CARNEIRO, Edison. As Ciências Sociais no Brasil. Rio de Janeiro, CAPES, 1955.
63. RADDATZ, Fritz J. Georg Lukács. Madrid, Alianza Editorial, 1975.
64. RAMOS, Guerreiro. Introdução Crítica à Sociologia Brasileira. Rio de Janeiro, Editorial Andes Ltda., 1977
65. RUSCONI, E.E. Teoria Crítica de la Sociedad. Barcelona, Ediciones Martínez Roca, S.A., 1969.
66. SARTRE, Jean-Paul. Questão de Método. São Paulo, DIFEL, 1967.
67. SERRA, José (coord.) & Outros. América Latina. Ensaios de Interpretação Econômica. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1967.
68. SZILASI, Wilhelm. Introducción a la Fenomenologia de Husserl. Buenos Aires, Amarrortu Editores, 1973.
69. ZEITLIN, Irving. Ideologia y Teoría Sociológica. Buenos Aires, Amorrortu Editores, 1970.